ReGeo ISSN: 2177-3246

A LUTA POR EDUCAÇÃO DO CAMPO EXPRESSA NO PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO FRANCISCO ARAÚJO BARROS, ITAREMA, CEARÁ

THE STRUGGLE FOR RURAL EDUCATION AS EXPRESSED IN THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE FRANCISCO ARAÚJO BARROS RURAL SCHOOL, ITAREMA, CEARÁ

LA LUCHA POR LA EDUCACIÓN RURAL EXPRESADA EN EL PROYECTO PEDAGÓGICO DE LA ESCUELA RURAL FRANCISCO ARAÚJO BARROS, ITAREMA, CEARÁ

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-086

Data de submissão: 17/10/2026 **Data de publicação:** 17/11/2026

Ivanalda Dantas da Nóbrega
Doutora, Orientada e Supervisionada em Estágio Pós-Doutoral
Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Endereço: Campina Grande, Paraíba, Brasil
E-mail: ivanalda.dantas@professor.ufcg.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3104-4669

Alexandra Maria de Oliveira
Orientadora, Doutora e Professora de Geografia
Instituição: Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Endereço: Fortaleza, Ceará, Brasil
E-mail: alexandra.oliveira@ufc.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1698-5436

RESUMO
O campo brasileiro é espaço de lutas e conquistas, pois se insere nas contradições da luta de classes, com enfrentamentos e resistências pela construção de políticas públicas, as quais sofrem avanços e recuos, mediante entraves e possibilidades na execução dos direitos humanos, a exemplo da Política Nacional de Educação do Campo (Brasil, 2002, 2008, 2010, 2025). Refletimos como ocorre a atuação da Escola de Ensino Médio e Profissional do Campo (EEMPC) Francisco Araújo Barros, situada no Assentamento Rural Lagoa do Mineiro, Itarema, Ceará, considerando elementos como o Projeto Político Pedagógico (PPP), a gestão e formação de educadores embasada no trabalho como princípio educativo (Pistrak, 2003), repercutindo na promoção da organicidade e do fortalecimento da identidade camponesa e do lugar dos sujeitos do campo. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica, documental e de campo, participação e observação em reuniões do Polo, anotações em caderno de campo, sistematização das informações com "Análise de Conteúdo" (Bardin, 2011). Os resultados indicam a relevância do PPP da Escola na luta por Educação do Campo e na formação humana e integral de juventudes camponesas no diálogo com a organicidade dos Movimentos Sociais do Campo.

Palavras-chave: Assentamento Rural Lagoa do Mineiro. Escola de Ensino Médio e Profissional do Campo. Movimentos Sociais do Campo. Trabalho como Princípio Educativo. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT
The Brazilian countryside is a space of struggle and achievement, situated within the contradictions of class struggle; it involves confrontations and acts of resistance aimed at shaping public policies—policies that experience both advances and setbacks amidst the obstacles and possibilities inherent in the realization of human rights, such as the National Policy for Rural Education (Brazil, 2002, 2008, 2010, 2025). We examine the operations of the Francisco Araújo Barros Rural High School and Vocational School (EEMPC), located in the Lagoa do Mineiro Rural Settlement in Itarema, Ceará, by considering elements such as the Political-Pedagogical Project (PPP) and the management and training of educators grounded in the concept of work as an educational principle (Pistrak, 2003). These elements foster organizational cohesion and strengthen the peasant identity and the sense of place for rural subjects. The methodology comprises bibliographic, documentary, and field research; participation in and observation of "Polo" (regional hub) meetings; field journal entries; and the systematization of information using Content Analysis (Bardin, 2011). The results highlight the significance of the school's PPP in the struggle for Rural Education and in the holistic human development of rural youth, fostering a dialogue with the organizational structure of rural social movements.

Keywords: Lagoa do Mineiro Rural Settlement. Rural High School and Vocational School. Rural Social Movements. Work as an Educational Principle. Political-Pedagogical Project.

RESUMEN
El campo brasileño es un espacio de luchas y logros, inmerso en las contradicciones de la lucha de clases, con confrontaciones y resistencias en la construcción de políticas públicas, que experimentan avances y retrocesos, obstáculos y posibilidades en la implementación de los derechos humanos, como la Política Nacional de Educación Rural (Brasil, 2002, 2008, 2010, 2025). Reflexionamos sobre cómo opera la Escuela Secundaria y Profesional Rural Francisco Araújo Barros (EEMPC), ubicada en el asentamiento rural de Lagoa do Mineiro, Itarema, Ceará, considerando elementos como el Proyecto Político Pedagógico (PPP), la gestión y formación de educadores basada en el trabajo como principio educativo (Pistrak, 2003), impactando la promoción de la unidad orgánica y el fortalecimiento de la identidad campesina y el lugar de los sujetos rurales. La metodología incluye investigación bibliográfica, documental y de campo, participación y observación en reuniones de Polo, anotaciones en un cuaderno de campo y sistematización de la información mediante el análisis de contenido (Bardin, 2011). Los resultados indican la relevancia del programa PPP de la Escuela en la lucha por la educación rural y en la formación humana e integral de la juventud rural, en diálogo con la naturaleza orgánica de los movimientos sociales rurales.

Palabras clave: Asentamiento Rural de Lagoa do Mineiro. Escuela Secundaria y de Formación Profesional Rural. Movimientos Sociales Rurales. El Trabajo como Principio Educativo. Proyecto Político-Pedagógico.

1 INTRODUÇÃO

O campo brasileiro é espaço de lutas e conquistas, sobretudo se entendermos as contradições da luta de classes, presentes na esfera estatal, quanto aos enfrentamentos pela construção de programas e políticas públicas. Estes sofrem avanços e recuos, demonstrando entraves e possibilidades em sua execução, especialmente, quando nos referimos à Política Nacional de Educação do Campo, por meio das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002), a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 (Brasil, 2008), o Decreto (Brasil, 2010) e, o Novo Pronacampo (2025a).

Entendemos o campo como diverso, na medida em que tratamos das questões da organização em suas múltiplas dimensões, as quais demarcam os interesses de diferentes grupos, seja pela conquista do território de vida, mediado pelas relações não capitalistas, seja pela especulação e alta produtividade, peculiar às relações tipicamente capitalistas, características do agronegócio, a mais recente expressão da agricultura capitalista, sob o viés do capital financeiro internacional. De acordo com Batista (2011), Estado, políticas públicas e luta de classes são fatores intrinsecamente ligados, uma expressão da estrutura, assim como, a luta por terra, reforma agrária e Educação do Campo são processos que interferem e transformam o espaço geográfico e seus sujeitos pela resistência dos Movimentos Sociais do Campo (MSC).

Neste texto, destacamos a luta dos povos camponeses por direitos humanos, dentre eles, a luta por reforma agrária que democratize a terra, a qual exige a organização de outras frentes de luta pelo direito à terra, e também a democratização do ensino, pois conforme Caldart *et. all.* (2002), a educação é um dos mecanismos de fortalecimento dessa política, a qual tem garantido dignidade e qualidade de vida à população contemplada, a classe camponesa que, assim reconhecida, luta pelo acesso à terra camponesa como expressão da produção e reprodução do campesinato brasileiro, mantendo estreita relação com a cidade, seja pela troca de bens e serviços, seja pelo lazer e pelas relações sociais entre diferentes sujeitos e intencionalidades.

Na contramão desses mecanismos de negação de direitos humanos e do modo de vida camponês, da opressão, expropriação e violência contra os povos do campo, do entendimento do território camponês como lugar de atraso, é que os MSC, protagonistas das conquistas camponesas (Dutra & Nozu, 2026), vem empreendendo uma pauta de lutas, com projeto histórico e ações imbuídas de um pensamento contra-hegemônico para a construção e o fortalecimento de um campo possível, espaço de morada e de vida das famílias camponesas, em que haja respeito à vida, com dignidade humana e pela redistribuição da terra, cumprindo a sua função social (Brasil, 1988). Assim, essa luta se dá "pela transformação das relações sociais de produção; luta por uma nova forma de humanidade" (Caldart, 2021, p. 06), tendo a

Educação do Campo, uma possibilidade de se contrapor ao modelo de educação de influência urbana, demarcada historicamente, por um conjunto de ações, no âmbito educativo e escolar, caracterizado por processos, currículo, calendário e metodologias incompatíveis com as realidades dos sujeitos do campo (Pacheco, 2026).

Na região Nordeste do Brasil, no Estado do Ceará, essa luta tem se materializado pela conquista da terra, simultânea à luta por educação do e no campo, para e com os povos do campo, pois é indispensável que pensemos acerca das finalidades sociais da educação, que segundo Caldart (2021, p. 01), "são elas que orientam as decisões sobre o que precisa ser afirmado e combatido, preservado e recriado nas práticas educativas concretas de cada tempo e circunstância". A concretização das Escolas de Ensino Médio e Profissional do Campo (EEMPC)[1] representa a luta e conquista por um projeto histórico, pela formação de "lutadores e construtores" (*ibidem*), seguindo os ideais da Revolução Soviética de 1917 (*ibidem*), resultando na territorialização das lutas dos MSC (Fernandes, 1994) que tem materializado, na instância Estatal, a consolidação de 12 EEMPC, distribuídas em 10 municípios, além de mais uma EEMPC, em construção, no município de Icó-CE.

As discussões aqui presentes partem de pesquisa em andamento, no ano de 2026, no âmbito do Estágio Pós-Doutoral, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), Universidade Federal do Ceará (UFC), campus Pici, Fortaleza-CE. Partimos de estudo de caso que envolve levantamento bibliográfico, pesquisa documental e de campo, participação e observação em reuniões do Polo da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) 03 – Acaraú e, de atividades desenvolvidas na referida Escola. Igualmente, anotações em caderno de campo, levantamento do Estado da Arte da produção científica acerca da escola em estudo, sistematização de informações de pesquisa, mediante a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), desenvolvida pelas fases de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

Objetivamos compreender como ocorre a atuação da EEMPC Francisco Araújo Barros (EEMPC FAB), situada na comunidade Barbosa, do Assentamento Rural Lagoa do Mineiro, em Itarema, Ceará, considerando elementos como o Projeto Político Pedagógico (PPP), a gestão e a formação de educadores, embasada no trabalho como princípio educativo (Pistrak, 2003), repercutindo na promoção da organicidade e, no fortalecimento da identidade camponesa e do lugar dos sujeitos do campo. Os resultados indicam a relevância da luta por Educação do Campo e o *quefazer* pedagógico da Escola que discute o trabalho como princípio educativo, a formação humana e integral omnilateral e, a organicidade propagada pelos Movimentos Sociais do Campo (MSC).

[1] A partir desse momento adotaremos a sigla EEMPC FAB quando nos referirmos à Escola de Ensino Médio e Profissional do Campo Francisco Araújo Barros, onde se deu a referida pesquisa.

2 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E A LUTA POR TERRA E POR EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO LAGOA DO MINEIRO, ITAREMA

Historicamente, o campo brasileiro foi tratado como espaço de produção para sustento da cidade, inclusive, essa dicotomia foi reforçada, tornando esses espaços, como descontíguos e opostos, além de situar primeiramente, como espaço de atraso (Martins, 1995, Oliveira, 2001), inferiorizando os sujeitos do campo, como retrata a Educadora da EEMPC FAB (2026), ao afirmar que eram chamados de "os besta da mata, os mateiro". A classe trabalhadora foi alijada de muitos direitos humanos, dentre eles, a educação. A literatura e o cinema demonstram a precariedade, a qual eram submetidas as populações rurais, que viviam em condições subumanas, subjugadas ao proprietário de terras, como podemos ver na literatura em O Quinze (Queiroz, 1930), Cabra Marcado para Morrer (Coutinho, 1984), Morte e Vida Severina (Melo Neto, 1955) ou, na produção científica, a partir de Di Lorenzo (2007). Essas obras demonstram que a cada filho homem nascido na família camponesa, era considerado um braço a mais para trabalhar para o dono da terra, não ocorrendo o mesmo, nos nascimentos de mulheres, como afirma Elizabeth Teixeira[2], ao se referir a sua trajetória de vida, como 'Mulher Marcada Para Viver'.

No Brasil, a educação no meio rural, ainda perdura com profundas marcas das desigualdades estruturais que repercutem no acesso, na permanência e na formação dos sujeitos do campo. Os estudos de Hage (2003) indicam que o panorama nacional é de ausência de materiais didáticos contextualizados, cenário de fechamento de escolas do campo, nucleação de escolas do campo e desvalorização da multisseriação, pois esta é de considerável relevância no cenário formativo, também por ser um fenômeno bastante enfatizado no meio acadêmico, especialmente, pela contribuição dos processos educativos que se dão na multissérie, considerando a multiplicidade de saberes entre os diferentes sujeitos. Desse modo, afirma Freire (1987, 1996), que são favoráveis no ensino, a compreensão das diferenças dos povos do campo, das diversidades existentes entre os sujeitos da escola, das aprendizagens peculiares a cada sujeito e sua contribuição na aprendizagem mediante a convivência e comunhão com o outro.

Contra essas ausências e precariedades no campo, a resistência dos MSC se dá pela permanência de escolas situadas no campo, contra o fechamento de escolas do campo, pela abertura de novas escolas no e do campo e de Escolas Família Agrícola (EFA), pela construção de projetos educativos pautados no Movimento Por Uma Educação do Campo, tendo a experiência aqui discutida, um destaque no País e, por conseguinte, no Estado do Ceará, por meio da efetivação das Escolas de Ensino Médio e Profissional do Campo (EEMPC).

[2] Documentário disponível no Memorial das Ligas Camponesas, Sapé-PB. 100 Anos de Elizabeth Teixeira, 2025.

A partir das décadas de 1980 e 1990, intensificaram-se as resistências por ocasião do fortalecimento e da organicidade dos MSC, com ênfase para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja pauta remete ao projeto histórico de lutas por terra, por meio da criação da Política de Reforma Agrária e outros direitos, a exemplo da educação, com a criação da Política Educação do Campo, pautada nas singularidades dos povos do campo, valorizando seus saberes, lugar, território e as identidades e culturas locais, o que resultou na criação dos seguintes normativos legais:

Quadro 1: Linha do tempo na criação da Política de Educação do Campo

Ano	Descrição
1997	Lançamento do Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro
1998	Realização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo
1999	Realização do Seminário da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo
2002	Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, CNE, 2002). Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, reconhecendo a necessidade de uma abordagem pedagógica própria para as populações rurais"
2004	Realização da II Conferência Nacional de Educação do Campo e criação da Secadi e da Coordenação de Educação do Campo no MEC
2007	Criação da Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC) e criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo)
2008	Lançamento das Diretrizes Complementares das Educação do Campo e da chamada pública para criação de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo
2008	Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008: estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo
2010	Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) e da Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010
2012	Criação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)
2013	Criação do Programa Escola da Terra
2023	Recriação da Secadi e criação da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Ambiental; da Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior (DIPECEA) e recriação da Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC)
2023	Resolução CNE/CP 001: dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior
2025	Portaria Nº 538, de 24 de julho de 2025, que institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - Novo Pronacampo

Fonte: Organizado pelas Autoras a partir de: https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-pronacampo/linha-do-tempo. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

No período de 2016 a 2022 houve um desmonte dessa Política, quando ocorreu o Golpe sofrido pela Presidenta Dilma Vana Roussef e as repercussões no avanço da extrema Direita, no Brasil. Após o ano de 2022, há um cenário de mudanças de retomada da cidadania, dos direitos humanos e da democracia, com o retorno e a criação de políticas e programas públicos, a exemplo do Novo Pronacampo (2025a), e nele, o Programa Escola da Terra, mas com desafios constantes na implementação de programas por parte do Estado. Cabe ressaltar a resistência dos MSC, pois entendem a constante luta pelo direito de ser camponês e de permanecer no território camponês, sendo a educação, um importante vetor de valorização da identidade campesina, pois o projeto educacional

mobilizado pelas políticas neoliberais viabilizam um projeto contrário aos seus interesses, acarretando em riscos à sucessão familiar no campo, pois, conforme afirma Caldart *et. all.* (2002, p. 12),

> A nova geração está sendo deseducada para viver no campo, perdendo sua identidade de raiz e seu projeto de futuro. Crianças e jovens têm o direito de aprender da sabedoria dos seus antepassados e de produzir novos conhecimentos para permanecer no campo.

O projeto de educação pautado nos resultados de avaliações, uma educação bancária voltada a resultados quantitativos está na contramão do que orienta a educação almejada pelos Movimentos Sociais do Campo (MSC) que tem o ordenamento legal da Educação do Campo, resultante no fortalecimento da identidade e do território camponês, conforme afirmam Caldart (2004, 2012a, 2021), Molina (2004, 2026) e Di Lorenzo (2013), pois concede aos povos do campo, a garantia de acesso a direitos e a transformação da qualidade de vida desses povos, bem como de repercussões nos territórios e, na questão agrária brasileira (Andrade, 2001; Oliveira, 2007).

No Estado do Ceará, dos 184 municípios, estão presentes em 95 destes, aproximadamente, 457 assentamentos rurais, entre assentamentos federais e reservas agroextrativistas, tendo 22.551 famílias, e área total de 916.172 hectares (INCRA, 2023, 2024). Os reflexos dessa política transformam a estrutura fundiária no Estado, ao passo em que geram qualidade de vida às famílias camponesas pela repercussão na atenção a vários direitos humanos.

A luta pela terra nesse Estado advém das resistências contra o histórico de apropriação privada da terra no Brasil, somada à violência, expropriação, exploração e expulsão do campesinato. A despeito dos muitos movimentos no caso brasileiro, destacamos, no Estado da Paraíba, as Ligas Camponesas (1945-1964) e a Revolta do Ronco das Abelhas (1851-1852), além dos assassinatos de João Pedro Teixeira, Nego Fuba, Zè de Lela, Margarida Maria Alves, dentre outros; nos Estados de PE, RN, CE e PI, a Confederação dos Cariris (1683-1713); no Estado do Ceará, Crato, a Revolta do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (1926-1937) com o beato José Lourenço; na Bahia, a Revolta de Canudos (1893-1897**)** com Antônio Conselheiro, dentre outras.

No cenário seguinte, por ocasião da Ditadura Militar, a partir de 1964-1985, a violência se ampliou, ao passo em que desmobilizou muitos movimentos, a exemplo das Ligas Camponesas, mas os camponeses ganharam apoio e proteção junto à seguimentos da Igreja Católica, em especial ligados à Teologia da Libertação, além dos Movimentos Eclesiais de Base (MEB) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). A partir dos anos 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outros movimentos de menor dimensão, reconhecidos como movimentos socioterritoriais, que lutam por territórios (Fernandes, 1994), embasados sobretudo, no Estatuto da Terra, mas também

na constituição de leis que amparem e fortaleçam o cumprimento da função social da terra (Brasil, 1988), passaram a promoção da formação de bases políticas pautadas na Pedagogia do Movimento, com maior ênfase para o MST, nacionalmente, e a Via Campesina, em escala de América Latina. Todas essas lutas históricas contra o latifúndio deixaram rastros de profundas violências, mas floresceram dando vidas a outros sujeitos, 'frutificando e florescendo margaridas' e territorializando a luta dos MSC na conquista de territórios, os assentamentos rurais da reforma agrária.

Considerando que a conquista da terra é conjunta à luta por educação, esta materializa a conquista de outros direitos, mas o desenvolvimento da Política da Educação do Campo (Brasil, 2002; 2008; 2010; 2025), a qual se dá, de modo desigual, em cada Unidade da Federação, sendo a participação dos MSC fator decisivo na implementação e nos resultados a serem alcançados. No Estado do Ceará, houve repercussões mais incisivas por parte do MST, o que resultou na criação de ordenamento legal específico, além do que afirma esse Movimento, de seguimento governamental flexível ao diálogo, o que favoreceu essa construção.

Quadro 2: Principais legislações da Educação do Campo e da Educação Contextualizada no Ceará

Nº	Fontes	Ementa	Ano
Resoluções, Leis, Decretos			
01	Resolução CEE nº 426 / 2008	Regulamenta a Educação Básica na Escola do Campo, no âmbito do Estado do Ceará.	2008
02	Lei Estadual nº 16.379 / 2017	Altera a Lei no 13.513/2004 para contemplar as especificidades das escolas indígenas, quilombolas, regulares em área de assentamento da reforma agrária e EFA.	2017
03	Lei Estadual nº 17.731 / 2021	Dispõe sobre o Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola (EFA) do estado do Ceará.	2021
04	Lei Estadual n° 18.164 / 2022	Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido	2022
05	Decreto Estadual n° 36.048 / 2024	Regulamenta a Lei no 17.731/2021	2024
06	Lei Estadual nº 19.604 / 2025	Dispõe sobre as Escolas de Ensino Médio e Profissional do Campo - EEMPC, no âmbito do Estado do Ceará.	2025

Fonte: https://www.seduc.ce.gov.br/cociq_ceciq/. Organizado pela Autora, 2026. In.: Viana (2026, p. 05) (mimeo).

O ordenamento legal consolidou a implementação de 12 Escolas de Ensino Médio Profissional do Campo (EEMPC), de uma EEMPC, em construção no município de Icó-CE. As EEMPC estão localizadas nos municípios de Ocara, Madalena, Jaguaretama, Itapipoca, Monsenhor Tabosa, Mombaça, Quixeramobim, Santana do Acaraú, Itarema e Canindé, além de uma Escola Família Agrícola (EFA), no município de Independência-CE e, da luta permanente para impedir o fechamento de inúmeras escolas situadas no campo. Esse quadro de escolas situadas no campo constitui um fator importante no cenário agrário e agrícola do Estado, fortemente marcado pela expansão do agronegócio, mas também, pela

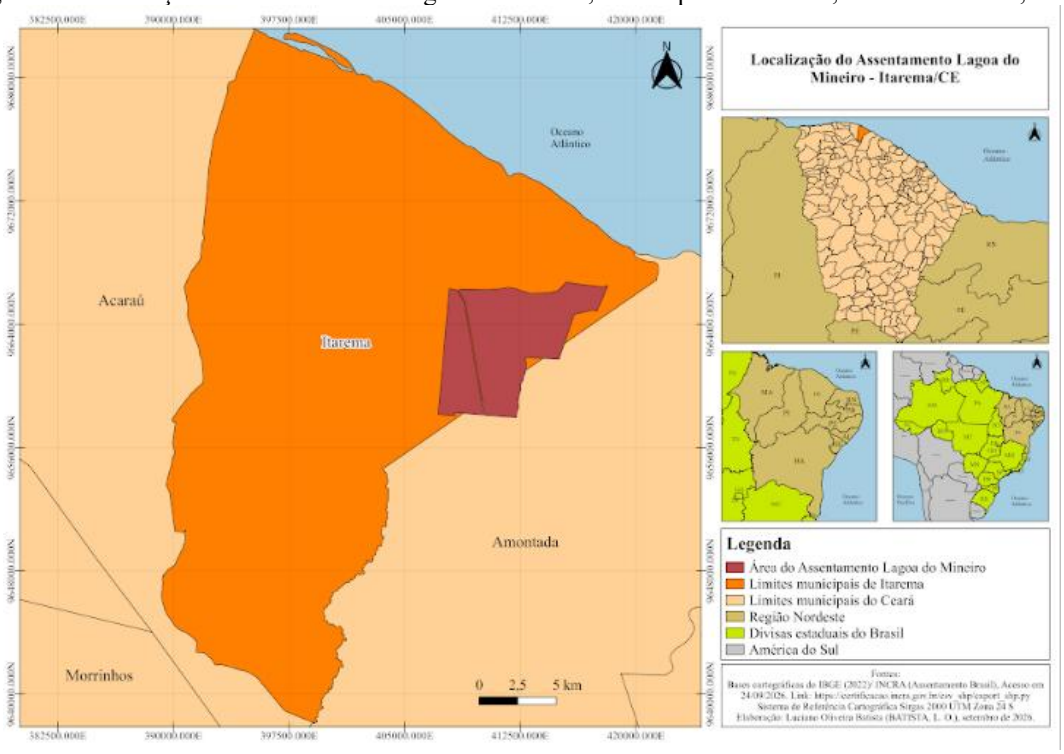
crescente resistência camponesa às políticas neoliberais, tendo os MSC, um papel central na resistência por um projeto de campo justo (Silva, 2025).

Em escala de Brasil, e especialmente, no Estado do Ceará, a construção desse arcabouço legal, por parte dos MSC, se dá em virtude da exigência de um projeto de educação que contemple as realidades camponesas, ao invés de subjugação ao modelo de educação urbana, pois os sujeitos do campo possuem profunda relação com o território, e este, por sua vez, se forma a partir de um corpo, daí o "conceito de corpo-território, segundo o qual, no âmbito da comunidade camponesa, há a compreensão de que os sujeitos do campo e a terra formam uma unidade inseparável" (Porto, Duarte e Soares, 2026, p. 01). Ao adotarem a concepção de corpo-território, as autoras (*ibidem*) os fazem por compreender que,

> A terra não é vista apenas como um espaço físico ou recurso natural a ser explorado, mas como um corpo vivo que partilha identidade, memória, cultura e existência com aqueles que a habitam. Nessa perspectiva, o território é constituído como fonte de vida, de produção de subjetividades e de fortalecimento de vínculos comunitários, assumindo um valor simbólico, espiritual e material ao mesmo tempo. Para os povos do campo, a proteção do corpo-território está diretamente ligada à preservação da terra, do meio ambiente, da cultura, das tradições, e dos saberes produzidos historicamente pelas comunidades do campo.

Ao compreenderem o território como corpo vivo, prenhe de subjetividades, fonte de vida, a escola pode e deve consolidar-se como espaço educacional fortalecedor do território e de todos os processos que nele se dão. Assim nascem as EEMPC. Neste artigo, nos debruçamos acerca da EEMPC Francisco Araújo Barros, no Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema-CE, situada no distrito de Almofala, município de Itarema, Estado do Ceará, na região Região Geográfica Imediata de Acaraú e Região Geográfica Intermediária de Sobral-CE.

Figura 1: Localização do Assentamento Lagoa do Mineiro, Município de Itarema, Estado do Ceará, Brasil



Fonte: Batista, L. O. (Setembro/2026). Pesquisa elaborada por Nóbrega, Ivanalda Dantas da, 2025-2026.

O início da luta pela terra e do conflito na área se deu na década de 1980, sendo originário das terras da Fazenda Lagoa do Mineiro, antigo imóvel de "propriedade do Sr. Francisco Teófilo de Andrade que explorava a cultura do caju, coco, banana, mandioca e também possuía rebanho de bovinos, caprinos e ovinos" (Alves, 2023, p. 25). Lá residiam, aproximadamente, 150 famílias de moradores de condição que praticavam cultivos agrícolas alimentares em um hectare de terra, cada família, com o pagamento pelo uso da terra, nos formatos cambão, pagamento em produto ou em dinheiro, com a prestação de serviços dois dias semanais, e, com o "recebimento de diárias com valor inferior ao praticado no mercado" (Monte, 2002, p. 40), por vezes, pagas em mercadorias fornecidas pelo proprietário e cobrança de valores superiores (PPP da EEMPC FAB, 2025).

Após o falecimento do proprietário e a transferência do imóvel, por sucessão hereditária, esta foi determinada para um familiar, o Padre Aristides, que afirmou durante uma missa que todas as famílias deveriam sair da terra. Segundo a Educadora, Militante do MST (2026), uma camponesa perguntou ao Padre a respeito do local para onde iriam, quando este respondeu que "vão morar no inferno". Preocupados, os camponeses se reuniram e voltaram a falar com o Padre, quando afirmaram: "Padre, no inferno não tem terra e nós vamos lutar por essa terra onde moramos a vida toda" (*ibidem*). Tal diálogo, suscitou repercussão nas famílias moradoras de condição, as quais, sob pressão de insegurança, quanto à permanência na terra, decidiram procurar a Pastoral da Igreja Católica, em Itapipoca-CE, que passou a atuar no sentido de organização e mobilização das famílias para o

movimento de luta pela terra, mediante os intensos conflitos existentes na região conhecida como 'Território da Libertação'[3]. De acordo com o PPP da EEMPC FAB (2025, p. 12),

> No decorrer dessa luta resultou na morte de três trabalhadores: Francisco Carneiro de Sousa Filho (conhecido por Chico) foi encontrado nas proximidades da comunidade de Patos com várias perfurações de faca no corpo na volta de um enfrentamento entre trabalhadores e os mandados do fazendeiro; Francisco Araújo Barros, degolado em uma broca em que trabalhava em mutirão, depois de levar um tiro e, Francisco Izaquiel Ferreira, conhecido por Ciço, levou um tiro, quando ia receber um dinheiro de emergência (Programa do Governo Federal), a caminho da comunidade de Barbosa.

Tratava-se de uma luta pela conquista do território, sendo desapropriada a primeira área do antigo imóvel Fazenda Lagoa do Mineiro, que deu origem ao Assentamento Lagoa do Mineiro, em 25 de julho de 1986, seguida da continuidade da luta, o que resultou na desapropriação de outros imóveis e, a consequente criação dos Assentamentos Salgado Comprido, Canaã/Melancias, dentre outros (*ib. id.*, p. 12):

> No ano de 1986 somente existem na área duas escolas isoladas, as quais funcionavam em condições precárias em casas de taipas familiares, mesmo sem condições de trabalho a comunidade lutou para que a educação fosse garantida para as crianças em cada localidade, contando como educadores (as) Mariinha Martins, Francisca Martins Sousa Silva, Maria Ivaniza, Maria Firmino (*in memorian*), Neuza Flor, Rigobertina, Neuza Santana, Pedro Paulo, Jacinta, esses foram os primeiros educadores (as) que lecionavam em turmas multisseriados com idades diferentes (PPP da EEMPC FAB, 2025, p. 15).

O imóvel foi desapropriado em 26 de junho de 1986, mediante Decreto nº 92.286, do Governo Federal, com imissão de posse da terra em 18 de setembro do mesmo ano e, a consequente criação do Projeto de Assentamento (PA), em 06 de abril de 1987. Em área total de 5.796,2573 hectares, foram assentadas 130 famílias, além da instalação de 90 famílias agregadas, num total de 1.518 habitantes (Monte, 2002, p. 40; PPP, 2025, p. 13). O Assentamento possui uma Cooperativa de produção e sete Associações Rurais, pois em função de sua extensão e da melhoria na organização comunitária, foi considerado importante distribuir a área em espaços organizativos de menor escala, mas no entendimento de uma totalidade do Assentamento. Assim, a área total foi dividida em sete comunidades, quais sejam: Cedro, Saguim, Mineiro Velho, Lagoa do Mineiro, Córrego das Moças, Corrente e Barbosa (PPP, 2025, p. 12), esta última, onde está construída a EEMPC FAB. Além de uma cooperativa que representa a todas estas comunidades, ainda dispõem de associações:

- Cooperativa de Produção Agropecuária de Lagoa do Mineiro – COPAGLAM com

[3] Ver estudos de Pereira (2019, p. 174-180), no qual constam reportagens acerca da violência na luta pela terra em Itarema-CE.

cooperados das sete comunidades;
- Associação dos Trabalhadores Rurais Organizados do Assentamento Lagoa do Mineiro, conhecida por Associação Geral também com sócio de todas as comunidades e é a representante legal do assentamento;
- Associação Comunitária Geradora de União do Mineiro e Cedro, onde tinha sócio das comunidades de Cedro e Lagoa do Mineiro. Atualmente esta associação pertence especificamente à comunidade de Cedro, pois Lagoa do Mineiro criou sua própria associação;
- Associação dos Trabalhadores Rurais Organizados de Barbosa pertencente a comunidade de Barbosa;
- Associação dos Trabalhadores Rurais Organizados do Mineiro e Saguim que pertence as comunidades de Mineiro Velho e Saguim;
- Associação do Grupo Organizado de Córrego das Moças da comunidade de Córrego das Moças;
- Associação Comunitária de Lagoa do Mineiro;
- Associação comunitária dos assentados da Localidade de Barbosa.

A organização em associações e cooperativa é uma das etapas da organicidade do Assentamento, pois há outra divisão organizativa que regionaliza o Assentamento em seis setores específicos: Educação, Produção, Comercialização, Comunicação e Cultura, Saúde e Finanças (PPP, 2025, p. 13), com dois representantes comunitários por Setor, cujas competências dizem respeito a pensar a individualidade de cada Setor na compreensão da totalidade da organicidade do Assentamento, conforme preconiza o MST junto à comunidade. Tais associações e cooperativa se integram à escola, seja como organização e apoio aos estágios supervisionados, seja na organização de ações coletivas no espaço escolar e dessas entidades, como forma de integrar o trabalho produtivo como princípio educativo na formação integral humana.

No Assentamento Lagoa do Mineiro, a luta pela reforma agrária se deu mediante a organicidade e a presença contínua do MST, movimento que se integra ao cotidiano camponês em todos os espaços comunitários, a exemplo dos espaços educativos. Na atualidade, o Assentamento conta com sete escolas municipais, quais sejam:

Quadro 3: Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF) do Assentamento Lagoa do Mineiro

Nº	Comunidade	Escola (EMEF)	Modalidade de Ensino
01	Barbosa	São José	Ensino Fundamental completo
02	Saguim	Pedro Irineu da Silva	Ensino Fundamental completo
03	Corrente	João Silvano de Castro	Educação Infantil e 1º Ano Ensino Fundamental
04	Cedro	Manoel Rosa de Sousa	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
05	Lagoa do Mineiro	Elvira Félix de Moura	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
06	Córrego das Moças	José Tomaz da Costa	Anos Iniciais do Ensino Fundamental
07	Mineiro Velho	Maria Neuza Flor	Ensino Pré-Escolar

Fonte: PPP (2025, p. 16). Organizado pelas Autoras, 2026.

Nessas escolas, atuam 33 professores, sendo seis professores concursados e 27 professores contratados pelo Município de Itarema-CE. O cenário da presença dessas escolas, além do corpo

docente que está enfatizado no PPP (2025), demonstra um sinal positivo na história do Assentamento, pois além de realizar a nucleação intracampo, no interior dos Assentamentos, para atenção aos estudantes do Ensino Fundamental, contribuem para a decisão em ampliar suas ações, no âmbito educacional, até o Ensino Médio. Assim sendo, a educação, como uma das frentes de luta da reforma agrária e dos MSC, se materializou pela territorialização da Educação do Campo e da ação do MST, em especial, na comunidade Barbosa, com a construção da EEMPC Francisco Araújo Barros, onde atuam 20 professores contratados pelo Estado. Dentre as pautas de lutas dos MSC, a situação funcional dos docentes amplia o debate em torno da necessidade de efetivação docente nas escolas situadas no campo e Escolas do Campo, mas também, pela garantia de editais específicos de concursos públicos para a efetivação de docentes nas EEMPC, no Estado e nos municípios, uma política de igualdade de oportunidades para os povos do campo, mas principalmente de reconhecimento das diferenças.

A referência a necessidade de uma Escola do Campo na comunidade é retratada pela importância da educação na luta pela garantia do território e da permanência do campesinato, também porque aglutina várias dimensões ao campo, em contraponto ao perfil que lhe fora designado de campo como atrasado, isolado. Conforme o PPP (2025, p. 21-22), a formação em Escola do Campo "desempenha um papel importante para o desenvolvimento, que somente se realiza integrada com as diversas dimensões da vida: a cultura, a arte, a tecnologia, as ciências, a produção, o conhecimento empírico, a saúde, as relações humanas".

A estrutura de uma EEMPC condiz com a proposição de projeto próprio, produzido pelo Estado, como escola padrão para a modalidade das Escolas do Campo. Para além da estrutura similar das EEMPC, enquanto Estado, há um projeto histórico de educação pleiteado pelos MSC junto ao Estado. Conforme Representante do MST e a gestão da EEMPC, situada no município de Ocara-CE[4], na atualidade, o Governo do Estado está construindo novas escolas com arquitetura similar, o que, ao ser observado na paisagem, confunde com o projeto das EEMPC, mas sem qualquer aproximação com seu projeto histórico de educação, uma tentativa de confundir o projeto das EEMPC por meio do que se mostra na paisagem com a arquitetura dos prédios escolares para escolas situadas no campo, mas sem projeto de Educação do e no Campo.

O funcionamento da EEMPC FAB se deu a partir do dia 03 de março de 2011, Decreto nº 30.493, de 18 de abril de 2011, inicialmente, como escola regular de Ensino Médio, com os seguintes Níveis e Modalidades de Ensino: Ensino Médio Regular de Formação Integral, Educação de Jovens

[4] Apresentação durante trabalho de campo desenvolvido na EEMPC Francisca Pinto dos Santos, Ocara-CE, por ocasião do ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado pela UECE, em junho de 2026.

e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação profissional do Campo, concomitante e subsequente (PPP, da EEMPC FAB, 2022, p. 3), possuindo logomarca própria, a qual destaca os símbolos da luta camponesa por terra, educação e outros direitos, ao passo em que lutam contra o latifúndio.

Figuras 2 e 3: Visão frontal da EEMPC Francisco Araújo Barros, Itarema-CE; Logomarca da EEMPC FAB, respectivamente





Fonte: Lima (2022). In.: Lima, Vasconcelos e Lima (2024, p. 41); Google (2026), respectivamente.

A partir do ano de 2022 iniciou o processo de profissionalização da educação nas escolas do campo no Estado do Ceará, momento em que a EEMPC FAB

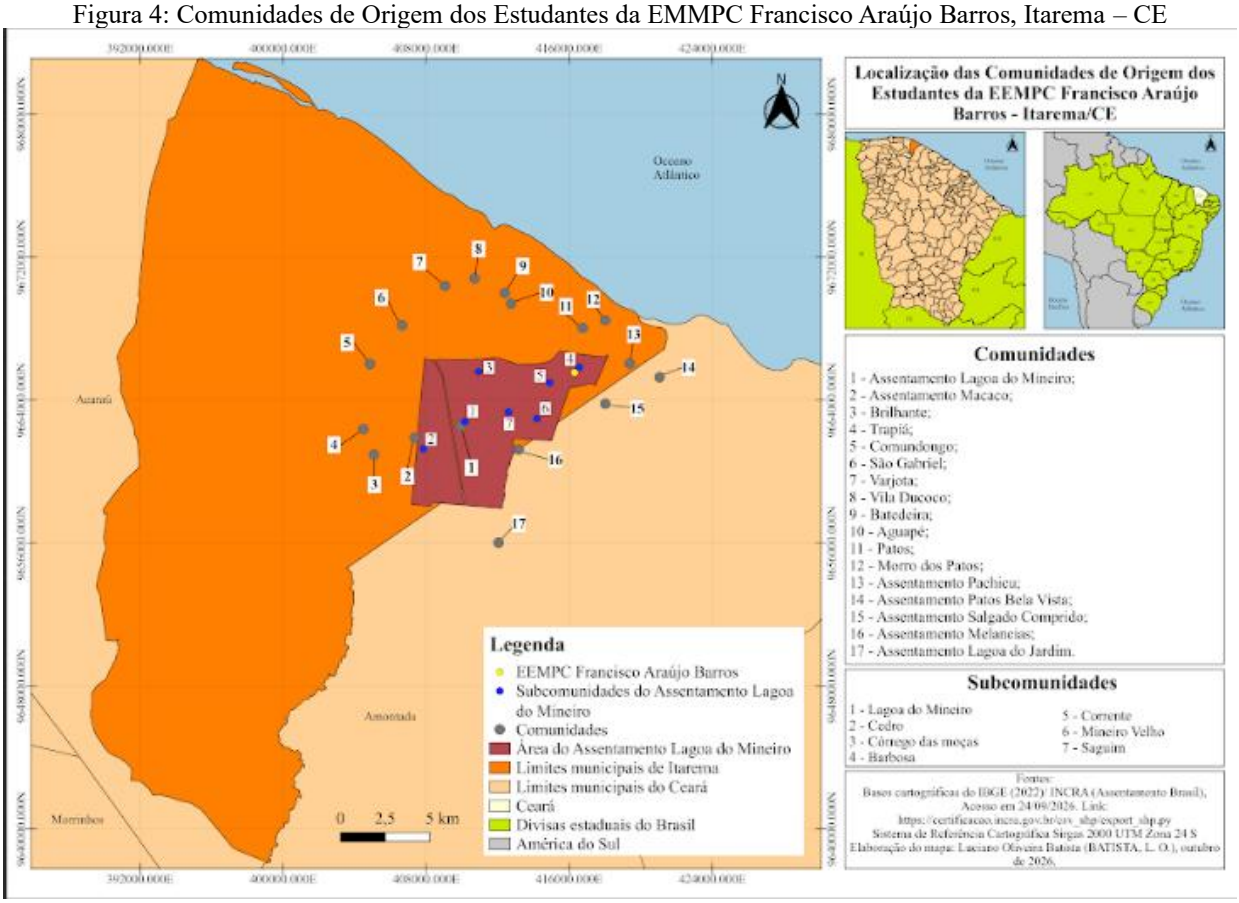
> passou a ofertar o curso técnico subsequente em Administração, com foco nas organizações sociais e o curso de agroecologia. Essa iniciativa representou o primeiro passo para a implementação da educação profissional nas escolas do campo, consolidando as bases para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, implantados a partir de 2023. Atualmente, a escola oferece os cursos técnicos integrados em Informática e Agroecologia e subsequente em Administração, com ênfase em organizações sociais e agroecologia. (PPP EEMPC FAB, 2022, p. 4).

O público atendido é composto por pessoas dos municípios de Amontada e Itarema, integrantes de diferentes povos da agricultura familiar camponesa, quais sejam: "comunidades de pescadores, pequenos agricultores, assentados e indígenas (povos Tremembé de Almofala)" (PPP, 2025, p. 19).

Essa diversidade de povos é importante na organização do trabalho escolar, tendo em vista que as diferenças são um importante elemento na formação dos sujeitos do campo. Por outro lado, traz complexidades, na medida em que, além dos povos diferenciados, assentados, indígenas Tremembé, comunidades tradicionais, a Escola atende outras populações que ultrapassam o território do Assentamento com suas sete comunidades, totalizando o atendimento a 17 comunidades do entorno regional.

Contudo, a comunidade Lagoa do Mineiro é subdividida em outras sete comunidades, perfazendo um total de 24 comunidades atendidas pela EEMPC FAB. O atendimento às 17 comunidades demonstra a existência de sete assentamentos rurais circundantes à escola, além de 10 comunidades rurais, o que reflete a territorialização da luta pela terra no espaço considerado.

Figura 4: Comunidades de Origem dos Estudantes da EMMPC Francisco Araújo Barros, Itarema – CE



Fonte: Dados organizados pelas Autoras, 2026. Fotografias: Google, 2026. Elaborado por Batista, L. O. 2026.

Tais diversidades exigem um olhar atento para as peculiaridades de cada povo presente na escola, porque a partir do PPP da EEMPC FAB (2025) importa quem são os sujeitos da escola, e partindo dessa realidade, vem outras necessidades que dizem respeito ao como e para quem ensinar, sendo todos esses elementos bastante enfáticos na caracterização da identidade, do lugar dos sujeitos, conceitos estes, inerentes à Geografia e à Educação do Campo, portanto, de abordagem interdisciplinar, utilizada no Sistema de Complexos Temáticos.

A partir da propositura do PPP da EEMPC FAB (2025), de educação contextualizada com as realidades dos sujeitos do campo e, da importância de considerar o campo como espaço educador, podemos adotar a concepção de "escola-território" (Pereira, 2019, p. 54), cuja abrangência escalar demonstra um raio de relações sociais e comunitárias que se dão, mediadas pela presença de uma Escola do Campo, com intencionalidade de produzir sujeitos construtores e lutadores do e pelo território camponês, com valorização e o fortalecimento das identidades e dos lugares desses sujeitos. Conforme as entrevistas realizadas, tais relações se dão em escalas, significados e valores consubstanciados pela luta, mas imbuídas da fé e do esperançar, pela proteção do território e do modo de vida camponês, estes que ensinam e educam, na escola e em outros espaços de vida no campo:

> O território, ele ensina. É a base. Há uma disputa de projetos que temos na realidade. A estratégia principal pra gente é o que fazemos na escola com as atividades do Inventário da Realidade, componente do Projeto Pedagógico das Escolas do Campo, no Ceará. A primeira tarefa é o estudante conhecer a realidade que ele ainda não conhece. O ensino, nem sempre atende os objetivos que queremos, mas procura atender a realidade que é fazer com que os estudantes aprendam sobre a realidade. É pegar o conhecimento científico que compreenda o contexto de suas realidades de vida (Entrevista concedida por Representante do Setor de Educação do MST-CE, 2026).

> O Campo de Vivências Agroecológicas (CAV) é um espaço da escola em que se dão as atividades produtivas e, com a produção, a gente aprende. Aprende sobre como produzir, as condições do solo, o acesso à água, as estratégias de aprendizagem técnica e sua implantação nas casas das famílias dos nossos alunos, aprende que a construção e implantação desse Campo é organizado historicamente, no cotidiano da escola. Isso, porque, para implantar o Campo (CAV), a gente precisa de outras políticas e programas que tragam mais recursos e pessoal, servidores para dar conta da extensão dos 10 hectares do Campo (CAV). Aqui, a gente já tem o minhocário, o viveiro de mudas, a mandala, composto orgânico, o aviário, o cajueiro do saber, a ilha da abundância, onde eles vão ver a diversificação de culturas com a busca do equilíbrio ambiental, o Sistema Agroflorestal (SAF), o biodigestor. Tudo isso, eles podem levar as experiências para as suas casas e disseminar o conhecimento e as práticas do que é possível realizar, a partir da realidade dos solos e, do tamanho dos lotes de cada família (Entrevista concedida por educadora da EEMPC FAB), 2026).

> A missa ocorrida hoje (agosto de 2026), na comunidade Barra de Moitas, foi representativa da luta de todas essas comunidades. A gente celebrou a libertação de sete companheiros presos na luta pela terra, em 1985, e todos nós fomos lutar pela libertação deles. Então, hoje é missa de luta e de comemoração da luta com a libertação. Porque essa luta é misturada com a fé desse nosso povo. A nossa Padroeira é Nossa Senhora da Libertação, uma santa criada na luta pela terra, pela fé do povo em ver a terra conquistada e ver seu povo com direito à terra, a uma vida digna. Essa história é contada na escola e a criançada sabe do que aconteceu aqui porque a escola tem essa responsabilidade de falar sobre a história, preparando eles para que valorizem a luta e o território (Entrevista concedida por Servidora da EEMPC FAB, 2026).

As falas dos entrevistados demonstram a relevância da EEMPC FAB cuja ação ultrapassa os muros escolares e os limites territoriais, reflexa da política de Educação do Campo e da Política da Reforma Agrária. Tal dimensão abrangeu os espaços acadêmicos com cerca de 20 trabalhos publicados e dois trabalhos em andamento, entre teses concluídas e em andamento, dissertações, trabalho de conclusão de curso, livro e artigos publicados em periódicos, além da pesquisa de Estágio Pós-Doutoral, resultante neste artigo.

Quadro 4: Estado da Arte da produção científica acerca da EEMPC Francisco Araújo Barros

Categorias Analíticas	Trabalhos	Tipologia do Trabalho / Local
Educação do Campo, Escola do Campo e Currículo	A Educação do Campo e a Agroecologia na Constituição do Campesinato no Ceará, Brasil (Oliveira, 2023)	Tese / UFC
	Educação do Campo, Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis: as Estratégias Curriculares para os Sujeitos das Escolas do Campo de Ensino Médio (Oliveira Filho, 2023)	Dissertação / UNILAB
	A Educação do Campo e o Ensino de Geografia na Recriação do Campesinato na Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros (Itarema/CE) (Lima, 2024a)	Dissertação / PROPGEO / UECE
	Educação Ambiental e Agroecologia na Escola de Ensino Médio do Campo Francisco Araújo Barros: um Estudo sobre a Interdisciplinaridade (Alves, 2023)	TCC / Curso de Economia Ecológica / UFC
	Ensino de Geografia, Educação do Campo e práticas docentes na Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros, Itarema-Ceará (Lima & Vasconcelos, 2023)	Artigo / Revista Geografia Ensino e Pesquisa, Santa Maria
	Educação do Campo, Currículo e a Construção da Identidade Camponesa na EEM Francisco Araújo (Lima, Vasconcelos & Lima, 2024b)	Artigo / Didácticas Específicas
	Estrutura Educacional do Campo no Ceará e a Juventude Camponesa (Mendes, Vidal, Lima & Pereira, 2022)	Artigo / Revista Interd. Cadernos Cajuína
	Experiências Educativas em Movimento: a Educação do Campo e a Educação Indígena no Estado do Ceará (Oliveira & Silva, 2019)	Artigo / Revista Periferia
	As Contribuições de Gramsci para as Escolas do Campo de Ensino Médio do Ceará (Lima, 2020)	Artigo FIPED
	Escola-Território e Educação do Campo: Uma Análise a partir da EEMPC Francisco Araújo Barros (Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro, Itarema, Ceará) (Lima, 2026)[5]	Tese em Andamento / UECE
	Educação do Campo, Interseccionalidade e Ensino de Geografia: o Lugar dos Povos do Campo e a Formação Cidadã em Escolas de Ensino Médio e Profissional do Campo (EEMPC) no Estado do Ceará (Nóbrega, 2026)[6]	Estágio Pós-Doutoral em andamento / UFC
Reforma Agrária, Campesinato e Territórios de Resistência	Contribuições e desafios da escola do campo Francisco Araújo de Barros para construção do projeto de agricultura camponesa do MST – Ceará (Damasceno, 2015)	Dissertação / UFSC
	Enfrentamentos e Conquistas: a Educação do Campo como Reafirmação da Luta pelo Território Camponês no Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro (Itarema/CE) (Nascimento, 2017)	Dissertação / UVA
	A Territorialização das Escolas de Ensino Médio do Campo: o Caso da EEM Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema – Ceará (Oliveira, 2018)	Dissertação / UVA
	Por uma escola do campo: a experiência do MST com escolas de ensino médio em assentamentos de reforma agrária no estado do Ceará (Silva, 2017)	Livro Vozes da Resistência
	A EEM Francisco Araújo Barros, um Símbolo de Resistência Camponesa no Ceará (Nascimento & Diniz, 2016)	Artigo / UVA
	Territórios da Educação do Campo: a EEM Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema, Ceará (Oliveira & Diniz, 2017)	Artigo / XII Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação / UVA
	A Educação do Campo no Fortalecimento do Campesinato no Ceará (Oliveira, 2021)	Artigo / Anais do Enc. Nac. de Pós-Graduação e Pesq. em Geografia

[5] Tese em andamento, produzida por Brendon Bessa Lima, orientado pela Profa Dra Tereza Sandra Loiola Vasconcelos, PROPGEO/UECE, Fortaleza-CE, 2026.

[6] Estágio Pós-Doutoral em andamento, supervisionado pela Profa Dra Alexandra Maria de Oliveira, PPGGeo/UFC, Fortaleza-CE, 2026.

Políticas Educacionais e Formação Docente	Escolas de Ensino Médio do campo no Ceará: um panorama geral (Pereira, Costa e Lima, 2021)	Artigo / Revista Ensino e Perspectivas
	O Novo Ensino Médio no Ensino de Geografia em Escolas do Campo: os Reveses na EEM Francisco Araújo Barros (Itarema/CE) (Lima, Vasconcelos e Lima, 2025)	Artigo / Geographia Meridionalis / 2025.
	Formação de Professores da Educação do Campo: Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências Naturais (Medeiros *et. all*, 2024)	Artigo / IOSR Journal Of Humanities And Social Science
	A Contribuição dos (as) Educadores (as) de Geografia na Formação Cidadã e Valorização da Vida Camponesa na EEM Francisco Araújo Barros (Itarema/Ceará) (Paz & Lima, 2023)	Artigo / X Fala Professor

Fonte: Organizado pelas Autoras, 2026, a partir de banco de dados da Capes e SciElo, Revistas e Periódicos (2026).

A partir da análise dos trabalhos encontrados e submetida à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), situamos categorias analíticas, quais sejam: Educação do Campo, Escola do Campo e Currículo (onze trabalhos), Reforma Agrária, Campesinato e Territórios de Resistência (sete trabalhos), e Políticas Educacionais e Formação Docente (quatro trabalhos). Esses resultados demonstram a relevância das EEMPC, da EEMPC FAB e da Educação do Campo como fatores que apontam para o desenvolvimento de uma educação como instrumento possível de transformação das realidades camponesas, do território camponês como espaço de vida e resistência ao enfrentamento ao capital e, da importância de currículos contextualizados com o território, a identidade, o lugar dos sujeitos e as políticas de formação docente e educacionais, corroborando com a formação omnilateral dos sujeitos Sem Terra e, de sua relação com a terra de morada e de vida e o território, segundo o modo de vida camponês.

No assentamento, a consolidação da Escola segue os ideais dos MSC na construção no modelo de EEMPC assegurando o sonho dos camponeses do assentamento, conforme afirma a camponesa Dona Chiquinha, em entrevista concedida em 15.10.2018 (Pereira, 2019, p. 53-54):

> Pode prestar atenção, por isso hoje, tudo que eu pedi a Deus eu vejo. Aquela escola ali, quem é que esperava uma escola? A gente nunca acreditava que teria uma escola daquela no nosso lugar. Nossos filhos ia terminar os estudos em Itarema, (...). Hoje todos têm o direito bem pertinho, cadê esse real? Nem precisa desse real. E a merenda, tempo integral que tem na escola, e aqui e acolá tem o dia que eles passam o dia todinho, se alimentam na escola, vêm fazer aqui uma aula de campo. Taí, meus filhos, as mangueiras, podem comer, se quiser café aqui tem, e isso não é outra vida? Eu tenho é gosto! E Deus está sabendo, eu trabalhei foi para isso.

A representação da fala de Dona Chiquinha, como Matriarca da comunidade, reforça a luta por direitos, o nível de organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também, evidencia a importância da escola do campo com projeto próprio e infraestrura diferenciada que apresenta a EEMPC, imbuída do conceito de corpo-território (Porto, Duarte & Soares, 2026), embasada nos princípios da agroecologia, da formação integral humana e do trabalho como princípio educativo, adotados como práxis pedagógica no contexto dos MSC nos processos de gestão e formação na EEMPC.

3 GESTÃO E FORMAÇÃO NA EEMPC FRANCISCO ARAÚJO BARROS

A gestão, como princípio da matriz pedagógica da organicidade da EEMPC FAB, ocorre de maneira compartilhada entre os que fazem a Escola, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a SEDUC-CE e a CREDE Acaraú. Na gestão, estão envolvidos todos os que fazem parte da escola, considerando a importância de cada sujeito e função específica que lhes são inerentes, valorizando as partes constitutivas de uma totalidade, ancorada no desenvolvimento da escola em sua relação com o território.

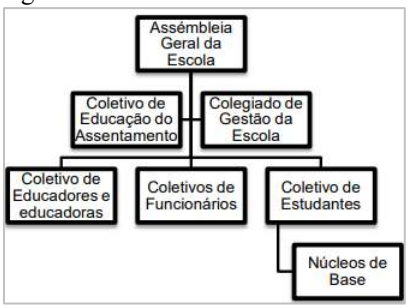
A EEMPC está inserida no interior da estrutura representativa do Estado, das políticas neoliberais e dos Organismos Multilaterais (Mizusaki & Souza, 2020), na medida em que é regida por legislações e decretos, no âmbito do Estado do Ceará. Elas, as escolas, implicam em ressignificações na transformação social dos territórios camponeses, pois é representação de resistência e poder, frente às relações sociais e as forças econômicas e políticas que normatizam a sociedade, na construção e transformação do espaço geográfico. Desse modo, objetos e ações representativos de um lugar, um território ou territórios, são comandados pela estrutura (Santos, 1985), mas não determinados por ela, pois a resistência é que constituiu a construção e consolidação das EEMPC gestadas pelo MST.

A EEMPC possui uma rotina diária que envolve desde a chegada dos educandos na escola, atividades em salas de aulas, laboratórios, biblioteca, campos de atividades agroecológicas, cajueiro do saber, organização de Núcleos de Base, místicas, alimentação, debates em grupos, pesquisas, oficinas, trabalho de militância, atividades culturais, coordenação por diretores de turma, atendimento por grupos de alunos, palavras de ordem, dentre outras.

A organicidade interna da Escola se dá, embasada nos princípios organizativos do MST, com a formação de Coletivos (de estudantes, funcionários e educadores/as), Colegiados (de gestão e educação) e Núcleos de Base, cujas decisões se dão mediante a realização de Assembleia Geral da Escola. Tal organicidade é caracterizada pela presença de hierarquias, funções, interconexões entre todos os setores, participação coletiva, competências por cada função específica, compreensão do

conceito de escola-território (Pereira, 2019), bem como poder de decisão em coletividade, conforme se depreende na figura, a seguir.

Figura 5: Organicidade da Gestão Escolar da EEMPC FAB



Fonte: Ceará (2012, p. 38), Org. Nascimento (2017, p. 152).

A organicidade da EEMPC, enquanto organicidade representativa dos MSC, está pautada na Pedagogia do MST, a Pedagogia do Movimento, a qual, segundo Caldart (2021, p. 04), representa as,

> práticas educativas refletidas coletivamente em diálogo com a construção histórica da teoria pedagógica. Reflexão que passa a ser guia de ação, apontando como avançar ou como começar de novo em cada lugar, cada tempo e circunstância. A Pedagogia do Movimento, que é primeiro a "Pedagogia do MST", se vai fazendo pelos seus sujeitos sociais, humanos. Pessoas e coletivos diversos em movimento.

A gestão escolar age conforme o interesse na formação cidadã, tanto de estudantes, filhos de camponeses, como de docentes, sendo parte destes, militantes dos MSC e, para tal, inicia com a educação na escola olhando o seu entorno, repercutindo em ações orquestradas pelos movimentos sociais que se dão dentro e para além dos muros da escola, e quais os reflexos no trabalho escolar, pois entendem que a escola está diretamente relacionada ao território. É a concepção de escola-território (Pereira, 2019), conceito este que para Molina & Molina (2026, p. 01), embasa "a formação continuada docente", esta que também "incorpora o trabalho como princípio educativo".

Em geral, os docentes e técnicos da Escola possuem vínculo com a comunidade, com o campo e com a Educação do Campo, são concursados ou contratados, possuem formação em Nível Superior, estando habilitados com as áreas do conhecimento nas quais atuam. Também, estão alinhados com o projeto histórico de formação humana integral, educação contextualizada com o lugar e o território dos sujeitos, pedagogia crítica voltada para ação integrada com as Pedagogias do Oprimido, do Movimento e Socialista, a fim de discutir as principais matrizes da formação humana: luta, trabalho e cultura, como forma de valorização da vida e do modo de vida camponês. Assim, a formação continuada docente é permanente e alinhada com o ensino e a pesquisa, embora estejam, direta ou indiretamente, inseridos num contexto global, no qual a educação é mediada por políticas neoliberais, mas, imbuída de

resistências e de um projeto específico no âmbito da Educação do Campo. Estes docentes e as EEMPC são caracterizados por um diacrítico, aquilo que os diferencia em relação aos demais docentes de escolas convencionais, a luta e o projeto histórico dos MSC, cuja resistência confere autonomia e liberdade em meio ao engendramento institucional do projeto de educação do Estado, conforme afirmam Amaro e Melo (2026, p. 17), ao se referirem à formação de docentes e gestores de escolas do campo no Estado do Paraná:

> Concordamos com Gadotti (2003) quanto aos educadores e educadoras terem a função de transformar os contextos, socializar o conhecimento, formar para a emancipação e com criticidade. Porém, ao observar a maneira autoritária como as políticas são desenvolvidas e aplicadas, nem mesmo os professores e professoras tem sua autonomia, sendo impedidos de exercer o seu papel, perante as grandes imposições em seu trabalho.

Periodicamente, ocorre a formação de docentes do Polo pela Crede 03 – Acaraú em consonância com o MST, este compreendido como "coletividade educadora em movimento", [...] sujeito pedagógico desta formação" (Caldart, 2021, p. 06). Participamos de uma formação docente, em julho de 2026, com os docentes reunidos, em circularidade, foram apresentadas as ações realizadas, mediante o estudo do Inventário da Realidade, a interdisciplinaridade, a Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP) e o Sistema de Complexos Temáticos (Pistrak, 2003), com vistas à organização e o planejamento das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos educadores na escola. Assim, não se trata de um método de conhecimento ou técnica metodológica, mas "de método experimental ou de organização do programa de ensino segundo os complexos" (Pistrak, 2003, p. 131), partindo do método dialético:

> [...] o objetivo do esquema do programa oficial é ajudar o aluno a compreender a realidade atual de um ponto de vista marxista, isto é, estudá-la do ponto de vista dinâmico e não estático. Estuda-se a realidade atual pelo conhecimento dos fenômenos e dos objetos em suas relações recíprocas, estudando-se cada objeto e cada fenômeno de pontos de vista diferentes. O estudo deve mostrar as relações recíprocas existentes entre os aspectos diferentes das coisas, esclarecendo-se a transformação de certos fenômenos em outros, ou seja, o estudo da realidade atual deve utilizar o método dialético.

A importância dada à formação mediante o método dialético e o Sistema de Complexos se dá pela compreensão da relação entre o fenômeno e a realidade circundante, multiescalar e multidimensional, a percepção das relações entre os fenômenos (Krupskaya, 2017) e, também, em função da peculiaridade da classe camponesa, cuja resistência, rebeldia e insubmissão lhes são inerentes, por compreenderem que não há homogeneidade na totalidade da vida e que a hegemonia

presente na sociedade não domina a todos os espaços, portanto necessita de uma educação desalienante a partir de uma "atividade humana autoconsciente" (Caldart, 2021, p. 03; Mészáros, 2006, p. 167).

4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CURRÍCULO E OS PRESSUPOSTOS BASILARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EEMPC FAB

A EEMPC FAB surge como escola diferenciada por pautar lutas com projeto histórico dos Movimentos Sociais do Campo (MSC). Seus ideais comungam com os ideais de construção de uma nova sociedade e de uma educação para além dos interesses capitalistas (Mészáros, 2005), como podemos constatar em sua proposta de valores:

> contribuir com a formação de um novo homem e uma nova mulher, sujeitos de uma nova sociedade, superando os valores do individualismo, do egoísmo e do consumismo, raízes da exploração dos seres humanos, que produz miséria e violência; e da destruição ambiental, que ameaça a vida em todo o planeta. E que se afirma formadora de um ser humano criativo, autônomo e solidário. Sujeito histórico, capaz de compreender criticamente a realidade na qual está inserido, para nela intervir coletiva e solidariamente, em busca do bem-estar de todos (as); respeitando e defendendo a vida em todas as suas formas; valorizando a memória e a cultura camponesa; e preservando a natureza, da qual faz parte (PPP, 2025, p. 09).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EEMPC FAB foi construído pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que o apresentou a SEDUC/CE e ao Conselho Estadual de Educação (CEE), cuja construção se deu coletivamente, na comunidade escolar e se ampara nos seguintes documentos legais:

> Constituição Federal Art. 208, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, contida nas Resoluções CNE/CEB n° 1, de 03 de Abril de 2002, CNE/CEB n° 2, de 28 de Abril de 2008, CEC/CE nº 426/2008, de 27 de Agosto de 2008, CNE/CEB nº 02, de 30 de Janeiro de 2012 e no Decreto nº 7.352, de 04 de Novembro de 2010 (PPP, 2025, p. 03).

De acordo com o PPP (2025, p. 23-25), há a interveniência de matrizes pedagógicas da EEMPC FAB, destacam-se, luta, cultura, trabalho, organização coletiva e história, com ênfase central no PPP (2025), para as três primeiras. Assim, distinguem-se as matrizes pedagógicas "trabalho como princípio educativo" (Pistrak, 2003) e luta como "princípio educativo do sujeito Sem Terra" (Caldart, 2021, p. 06), isto porque é no trabalho e, a partir do trabalho, que se educa e, é na luta que o sujeito histórico coletivo com identidade e nome 'Sem Terra' se forma. Portanto, é na luta e pela luta que ele se forma, transforma e se consolida como lutador, construtor. Para a autora (2012b, p. 551),

> Matrizes formadoras e matrizes pedagógicas estão sendo usadas aqui como sinônimos que se referem a atividades ou situações do agir humano que são essencialmente formadoras ou conformadoras do ser humano, no sentido de constituir-lhe determinados traços que não existiriam sem a atuação dessa matriz, desse agir. Podem ser associadas à ideia de "princípio educativo" quando esta expressão é usada para indicar o que seria uma matriz originária da constituição do ser humano.

De acordo com Caldart (2021, p. 07), na Pedagogia do Movimento as matrizes pedagógicas contribuem na "totalidade formadora do ser humano em movimento". E estando em movimento como pressupõe a Pedagogia do Movimento, associada à Pedagogia do Oprimido e Pedagogia Socialista, é indispensável que haja reflexão na ação com processo avaliativo contínuo para a produção da nova ação, a dialética, a práxis em exercício, sendo esta a pedagogia do MST, pela necessidade de estando no Movimento a permanência na luta, o estar em movimento constante. Na medida em que a formação ocorre em meio a compreensão da totalidade presente no seio das matrizes pedagógicas, as EEMPC e, como parte delas, a EEMPC FAB avançam e se constituem enquanto "ambientes educativos", nos quais, segundo Caldart (*ibidem*),

> não há um "senhor da pedagogia" e sim um "ambiente", com as contradições e tensões da vida real, que educa a todos, sem deixar de ter condutores: coletivos organizados em diferentes níveis e com pessoas realizando diferentes tarefas de construção. O ambiente educativo se refere às "condições criadas para que determinada ação ou atividade seja feita na perspectiva de educar seus sujeitos, dando ênfase às *relações* e aos *processos* que se estabelecem entre as pessoas, os objetos, os tempos e os espaços, mais do que às estruturas materiais ou de organização em si mesmas".

É a partir da noção de ambiente educativo que o PPP (2025) da EEMPC FAB apresenta suas estratégias pedagógicas formativas, as quais se dão, mediante Tempos Educativos, organicidade em Núcleos de Base e em Coletivos, Espaços Pedagógicos, Inventário da Realidade, Complexo de Estudos, Componentes Curriculares Integradores, e Práticas, Critérios e Instrumentos avaliativos. O PPP está estruturado em quatro marcos fundamentais:

Quadro 5: Marcos do Projeto Político Pedagógico da EEMPC FAB (2025)

Itens	Marcos	Descrição
01	Marco Referencial	Aborda a função social da escola, sua missão e os valores que guiam a formação dos sujeitos
02	Marco Situacional	Proporciona uma leitura coletiva e histórica da realidade, estabelecendo o contexto no qual a escola é construída e onde ocorre sua ação educadora de maneira imediata. Remete aos campos sócio político, sócio econômico, sócio ambiental, sócio histórico e sociocultural.
03	Marco Conceitual	Delineia a visão, valores, conceitos e postura crítica da escola em relação à realidade a ser transformada
04	Marco Operacional	Partindo dos dois anteriores, define a intencionalidade, a organização curricular, a gestão escolar e outros elementos concretos da funcionalidade da escola

Fonte: Elaborado de atualizado pelas Autoras (2026). In.: Alves (2023, p. 38).

Conforme o PPP (2025, p. 21-37), quanto aos Marcos Conceituais, estes são pilares constituintes da prática educativa, quais sejam: Campo e desenvolvimento, Concepção de formação humana e matrizes pedagógicas, a luta social, a cultura e a organização coletiva como matrizes da formação humana, Educação do Campo, Escola como centro de animação da luta e centro de animação cultural, o trabalho como princípio educativo, Concepção de Currículo, Currículo Integrado (questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, Educação Ambiental, Educação Profissional, Educação em Direitos Humanos).

Na organicidade como matriz da formação humana, o princípio central é a participação da comunidade, portanto, a formação de uma coletividade composta por aqueles sujeitos que perfazem os ideais de uma EEMPC, os quais são partícipes no cotidiano dessas instituições, pois a organicidade, conforme o PPP (2025, p. 25),

> Ela brota da base que nasce de uma coletividade vivenciada desde o dia da ocupação da terra. "Raízes que o tornam membro de uma mesma família", de se sentir companheiro, de pertencer a uma organização coletiva. Tem também a dimensão da pedagogia da cooperação, dos valores humanos, das lutas e construções em que o coletivo assume a co-responsabilidade de educar o coletivo.

A Educação do Campo, enquanto marco conceitual se ampara nos ideais da construção de um outro campo, de uma educação para além do capital (Mészáros, 2005), na promoção da identidade, das culturas, dos territórios e dos saberes dos povos do campo, no entendimento do campo e da cidade como espaços interligados, interdependentes. O projeto de educação do e no campo é visto pelos MSC do campo como direito legal, pois constituído por meio de política pública e seu arcabouço legal constituinte, assim como, segue os princípios socialistas, humanistas e de libertação da opressão, esta a qual são submetidos os povos do campo. Daí, a necessidade de

> Uma educação construída a partir de seus sujeitos, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas especificidades; nas trajetórias de lutas de suas organizações; vinculada aos interesses sociais, políticos e culturais dos camponeses. Para além de uma educação contextualizada, trata-se de um projeto de formação do homem e da mulher do campo, nos seus diversos contextos, e de um projeto de desenvolvimento do território camponês (PPP, 2025, p. 26).

No projeto emancipatório de Educação do Campo consolida-se a conquista e o reconhecimento de direitos dos povos do campo à educação escolar, uma escola pública, pautada na práxis e na participação destes em sua construção, produzida dentro de um projeto histórico que tem o trabalho como princípio educativo, o trabalho produtivo da reprodução social do campesinato. Considera-se, portanto, uma escola pautada na luta e na construção de sujeitos lutadores e construtores do território, fora da lógica de competitividade e individualismo, feita pelos e para os povos camponeses, embasada

na mística e na militância, tendo seu funcionamento como centro de animação da luta e da cultura, próprias do modo de vida camponês.

Na concepção de escola como centro de animação da luta, o entendimento de que escola, educação e a terra são conquistas dos movimentos sociais, sendo a escola espaço de animação e movimento da luta, conforme assegura o PPP (2025, p. 28),

> assegurar mecanismos que permitam a articulação da escola com os movimentos sociais do campo; garantir que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias seja incluída como conteúdo de estudo; promover a organização coletiva, solidária e cooperativa; e compreender as lutas sociais e a organização coletiva como estratégias pedagógicas, desenvolvendo práticas que fortaleçam na juventude a postura humana e os valores aprendidos na luta: o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, e a esperança.

Enquanto centro de animação cultural, a EEMPC é imbuída da condição humana, pois envolve as questões cultural, simbólica e material da vida, que produz modos de vida diferenciados, a exemplo do que trata Santos (2023), ao discutir acerca do modo de vida quilombola. Assim, vale na concepção estudada, a pedagogia do exemplo, do gesto, do símbolo, conforme explicita o PPP (2025, p. 28),

> Uma escola promotora da vida no campo fundamenta-se, portanto, no modo de vida produzido e cultivado pelos camponeses, homens e mulheres; no movimento; no jeito de ser e viver do Sem Terra; no jeito de produzir e reproduzir a vida; na mística; no símbolo; no gesto; na religiosidade; na arte...".

Pautada no exemplo, a ética está em discussão, educar pela palavra, pelo gesto, em comunhão, na vida e pela vida, na cultura camponesa (Freire, 1987, 1996, 1999). Desse modo, a EEMPC FAB está alinhada a um currículo, que em princípio, recebe influências alinhadas com as necessidades do Estado, mas é transformado, ressignificado, seguindo os princípios pedagógicos e filosóficos da Educação do Campo (Arroyo & Fernandes, 1999; Caldart, 2004). Contudo, segundo a Coordenadora da Educação do Campo, militante do MST no Estado do Ceará (2026), há desafios na implementação do projeto de educação que os Movimentos almejam, pois,

> o primeiro maior desafio, ainda, é a disputa de projeto com o Sistema. Temos o PPP, a partir das referências da Educação do Campo, da Alternância, da Educação Popular, mas o que rege é o Estado, que é a educação bancária que está mais preocupada com o depósito de números e resultados. O segundo desafio é o coletivo de educadores, pois não temos um maior número de educadores formados na Pedagogia do Movimento. Lutamos muito com o Estado por uma seleção diferenciada, inclusiva, dos Educadores do Campo, mas ainda é insuficiente. Temos 17 anos de formação, mas contamos nos dedos os educadores, porque são contratados e a rotatividade é muito grande.

Esses desafios se constituem como pontos de pauta da luta por educação feita pelos MSC, que

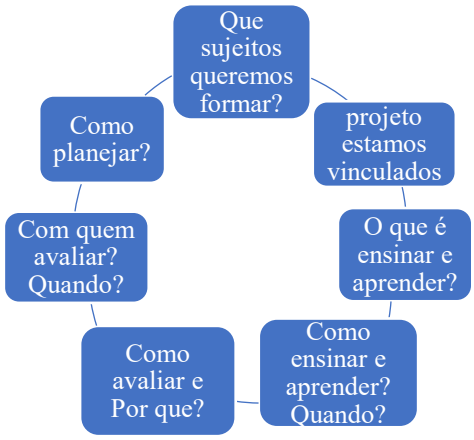
tem a organicidade como elemento constitutivo da luta e do projeto histórico, cujas ações e práticas advém da história, luta e cultura, como matrizes pedagógicas das EEMPC, o que remete aos processos pelos quais se nutrem os Movimentos Sociais do Campo (MSC), que demarcam a identidade coletiva dos sujeitos Sem Terra, em suas distintas gerações, no lugar e no território de luta. Assim, de acordo com o PPP (2025, p. 30), o currículo,

> como cerne da educação, é histórico. Resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas, expressa a organização dos saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação de sujeitos sociais. Nesta perspectiva, currículo é ação, é trajetória, é processo, é caminhada, é construção coletiva que marca uma identidade.

Sendo histórico e, produzido sociamente, ao longo do cotidiano escolar, o currículo é processual e dinâmico, constituído e executado por meio da práxis e da formação de sujeitos cognitivos e sociais. É por meio da Pedagogia do Movimento que é construído, constituído e executado o currículo da EEMPC, considerando o desenvolvimento dos seguintes aspectos da formação humana: "organização, criticidade, curiosidade, esperança, as contradições da realidade, problematização, alegria, a construção e a provisoriedade do conhecimento, avaliação emancipatória, solidariedade, prazer, indignação, compromisso, gestão coletiva" (PPP, 2025, p. 31).

Na Educação do Campo e na constituição do currículo de escola do campo são importantes os questionamentos realizados pelos MSC, tendo em vista a necessidade de promoção da Pedagogia do Movimento, Pedagogia Socialista e Pedagogia do Oprimido:

Figura 6: Perguntas questionadoras na produção do currículo da EEMPC FAB



Fonte: PPP (2025, p. 31). Elaborado pelas Autoras, 2026.

No intuito de entender quais sujeitos formar, como formar, qual o projeto, como aprender, avaliar, planejar, essas perguntas envolvem a necessidade de entendimento acerca dos tempos adequados e, das metodologias necessárias à aprendizagem, partindo das necessidades e do lugar dos sujeitos, estudando

o fenômeno e sua interconexão escalar local-mundial. A avaliação contínua demonstra quais os caminhos estão sendo percorridos, qual sujeito está se formando, como se forma e quais as vivências que os formam.

Apoiando-nos em Saramago (2011), os resultados da avaliação contínua indicam novas reflexões acerca da formação ou deformação, e quais os futuros passos a serem trilhados, vistos, revistos, reorganizados, refeitos, considerando a necessidade de analisar, historicamente, as práticas educativas dos sujeitos em formação, em movimento. Desse modo, garantem pela luta, a realização dessas práticas, bem como, a resistência contra tudo aquilo que pode impedir a realização de tais práticas, a exemplo da permanência da Política da Educação do Campo e das EEMPC, uma luta dos MSC que se materializa e territorializa, na medida em que carregam consigo a história.

O currículo se projeta, na medida em que se vê, de modo integrado, considerando diferentes perspectivas, pelo debate das questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, Educação Ambiental, Educação Profissional, Educação em Direitos Humanos, isso, por partir da noção de formação integral humana ou omnilateral, da politecnia, da discussão a respeito dos direitos humanos desses sujeitos, em sua peculiaridade, enquanto classe. Igualmente, pela integração entre diferentes perspectivas de análise da realidade que envolvem a interseccionalidade, interdisciplinaridade, contextualização, problematização e a pesquisa-ação, como elementos constitutivos da aprendizagem coletiva, mediada pela educação contextualizada, emancipatória e transformadora, com vistas ao fortalecimento das identidades, do lugar e dos territórios camponeses. Igualmente, com respeito ao ambiente e como parte deste, os sujeitos do campo, assim como a preocupação com a formação destes para a decisão e o direito de poder permanecer no campo, em seus territórios, para permanecerem camponeses com dignidade, direitos e qualidade de vida. (PPP, 2025).

Como parte de um projeto histórico de luta dos MSC, as EEMPC se inserem nos interesses de organização do modo de vida camponês para a promoção do

> fortalecimento de processos produtivos, associativistas e cooperativistas; a construção de tecnologias camponesas; e, a dinamização das atividades produtivas agroecológicas e de uma diversidade de serviços necessários, fazendo dos assentamentos de reforma agrária um território fértil para o trabalho no campo, exigindo trabalhadores/as com formação profissional em diversas áreas (PPP, 2025, p. 36).

Para atingir a esses objetivos, a EEMPC FAB se guia pela “Matriz Formativa da Organização Coletiva dos sujeitos, que se assumem como o colegiado de gestão da escola, coletivos de educadores (as), coletivos de educandos (as) e Núcleo de Base, coletivos funcionários (as) e representantes da comunidade” (Oliveira Filho, 2023, p. 182). Além da Matriz Formativa, desenvolve as aprendizagens

em tempos educativos, quais sejam: tempo formação e mística, tempo aula, tempo estudo individual, tempo trabalho, com o intuito de integrar escola, comunidade, famílias, educandos e educadores.

Além destes, desenvolve projetos interseccionais, interdisciplinares, contextualizados com suas realidades, a partir de recursos como o Estudo do Sistema de Complexos (Pistrak, 2003) com estudo de porções da realidade, do Inventário da Realidade, os componentes integradores, tempo comunidade, regime de alternância, campo de vivências agroecológicas, pautando o trabalho como princípio educativo, destacando-se projetos e programas como:

> Educação Ambiental (Semana do meio Ambiente, Plantar Árvores e produzir Alimentos saudáveis, Romaria das águas, Mutirões de organização, embelezamento e arborização da escola, Escola caminhando juntos com os Ajas); Educação para as Relações Étnico-Raciais (Caravana Afro-Indígena Brasileira, Marcha Indígena, Ensino Afrodescendente); Educação em Direitos Humanos (Educação Fiscal, SPE (Projeto Saúde e Prevenção na Escola), PETECA (Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente), Prevenção à violência, Jovem Senador; Gênero e Sexualidade (Semana da Mulher, Mulher vem para a Luta, Sexualidade e saúde na adolescência, Respeito à diversidade sexual: Xô com o teu preconceito! que eu quero passar!; Projeto Professor Diretor de Turma; Superintendência Escolar; Aprendizagem Cooperativa; Gerenciamento de Conflitos (PPP, 2025, p. 24-43).

Os projetos se dão interdisciplinarmente e contemplam viéses interseccionais, envolvendo temáticas de gênero, geração, questões étnico-raciais, classe, identidade, orientação sexual, religiosidade, ambiente, saúde, dentre outros, quase sempre, atravessados pelo enfoque agroecológico. Tal enfoque se faz presente no currículo como símbolo da resistência ao modelo de produção vigente, e a agroecologia, conforme Vittori (2026, p. 04), implica em algo para além de um modelo técnico-produtivo, pois se constitui

> como uma verdadeira práxis pedagógica, capaz de reconfigurar os processos educativos nos territórios rurais. Ao integrar dimensões ecológicas, políticas e culturais, a agroecologia contribui para a construção de formas de conhecimento situadas, em diálogo com saberes populares e práticas comunitárias enraizadas, questionando as hierarquias epistemológicas impostas pela modernidade colonial.

Para o autor (*ib. id,* p. 20), a agroecologia contribui na construção de sujeitos autônomos e livres, na medida em que aprendem por meio da "luta social, transição ecológica e transformação territorial". Considerando essa especificidade da agroecologia é que a criação de uma EEMPC está pautada em uma infraestrutura própria, adequada ao desenvolvimento da educação por meio do trabalho como princípio educativo, o qual "surge do valor fundamental do trabalho que gera a produção necessária para garantir a qualidade de vida social, identificando os sujeitos como pertencentes à classe trabalhadora" (PPP, 2025, p. 24).

Estando pautado no trabalho como princípio educativo, portanto, trata-se de um currículo específico para a aprendizagem em escola do campo, almejada e conquistada pelos MSC que lutaram por uma infraestrutura diferenciada. Na EEMPC FAB, a despeito das demais EEMPC, a área total se distribui em duas subáreas contíguas: a primeira, a sede do prédio escolar com "área de 3.250,72 m², possui 4 blocos: bloco administrativo, bloco dos laboratórios, bloco das 12 salas de aula, bloco de espaço para alimentação e recreio". A segunda área, com 10 hectares, destina-se aos cultivos produtivos e de aprendizagem, para consolidar a práxis educacional partindo do trabalho como princípio educativo. Desse modo, possui "uma área de 10ha, onde ocorrem as práticas produtivas do campo experimental" (PPP da EEMPC FAB, 2022), ou como vem sendo adotada a terminologia 'campo de vivências agroecológicas', o qual se insere na proposta pedagógica como experiência de aprendizagem permeada pela práxis e pela Pedagogia do Movimento, Pedagogia do Oprimido e Pedagogia Socialista. Segundo a educadora da escola e pesquisadora, Damasceno (2015, p. 64), essa área se refere a um

> campo experimental da reforma agrária e da agricultura camponesa, uma área de 10 ha doada pelo assentamento Lagoa do Mineiro e homologada junto ao INCRA para atividades produtivas e experimentos de tecnologias agroecológicas. Conta também com os espaços diversos do assentamento e comunidades vizinhas, que são considerados espaços educativos e de estudos, de acordo com o inventário da realidade, onde possam ser construídas experiências educativas associadas aos objetivos escolares.

Os campos de vivências agroecológicas são espaços onde ocorrem práticas pedagógicas entre educandos, educadores, técnicos e demais comunitários, com vistas ao fortalecimento da aprendizagem e do estabelecimento da conexão entre a escola e a comunidade. Portanto, ultrapassa os muros escola, quando um espaço (o território) está no outro (a escola) e, vice-versa, constituindo-se assim, no conceito de escola-território, e como afirma Pereira (2019, p. 54), "atendendo para além da escola, é um ambiente de aprendizado e experiências vivenciados por outras escolas e famílias do território".

> O Campo Experimental é uma experiência de educação popular do campo, desenvolvida em alguns povoados em consonância aos processos de Luta pela Terra. As práticas do Campo Experimental estão associadas às práticas produtivas, igualmente indissociáveis dos processos organizativos e políticos desses povoados. (Pereira (2019, p. 19).

A formação de campos de atividades agroecológicas (CAV) nas EEMPC está estritamente relacionada à educação contextualizada, aos princípios da Educação do Campo e da Educação Popular, uma evocação à ancestralidade e à relação com o lugar e a identidade dos sujeitos do campo, envolvendo multidisciplinaridade, diferentes sujeitos, ao passo em que aglutina a comunidade em torno do currículo, pautado nas exigências oficiais e da organicidade do MST:

> As atividades do campo experimental deverão ser planejadas por equipes multidisciplinares, envolvendo o técnico agrícola ou agrônomo responsável pelas atividades do campo experimental e demandam dois níveis de planejamento: um mais estratégico, envolvendo o setor de educação e produção e outro operacional, envolvendo educadores, educandos e técnico responsável.
> A produção, fruto deste trabalho será destinada à complementação da alimentação escolar; podendo ser ainda socializada com as famílias dos estudantes e utilizada em ações planejadas pela escola. (PPP, 2025, p. 67).

Tal organicidade e realização de currículo contextualizado com a luta pela terra demonstra que a experiência pedagógica do campo de vivências agroecológicas (CVA) contribui para a preparação da futura transição entre as infâncias e adolescências e, as fases juvenil e adulta, por ocasião da sucessão familiar, ao passo em que contribui na construção de conhecimentos capazes de fortalecimento do modo de vida e do território camponês, bem como, a gestão dos conflitos socioambientais, frente ao avanço do capitalismo no campo.

Para o autor (*ib. id.*, p. 19-20), as ações no campo de vivências agroecológicas (CVA) "trabalham com o reconhecimento e a reinvenção das práticas tradicionais em contraposição à tentativa de imposição de grandes empreendimentos capitalistas no território, associada à expropriação das terras ocupadas ancestralmente pelos povos do local".

No campo de vivências agroecológicas (CVA) da EEMPC FAB temos o Cajueiro do Saber, uma árvore consagrada pelas EEMPC, considerada como "sala de aula externa" (Nascimento, 2017, p. 149), contida nesse campo, ou mesmo, nos demais espaços das escolas EEMPC, a exemplo da Imburana do Saber, Cajarana do Saber, do Juazeiro do Saber e, até da Mangueira do Saber, situada na SEDUC/CE, em Fortaleza. Essas árvores, consideradas salas de aulas externas, são consagradas na concepção de ancestralidade, saber, enraizamento, tendo uma analogia com a luta pela terra. Conforme Nascimento (2017, p. 149), o Cajueiro do Saber "aproxima, tanto os membros da escola, como a comunidade do seu entorno a participar coletivamente na construção desse processo socioeducativo". Desse modo, constitui-se como espaço externo de sala de aula que une coletividade e ancestralidade no tempo presente.

Segundo Pereira (2019, p. 15) “O Cajueiro do Saber é o espaço de partilha dos saberes localizado no interior do campo experimental, além disso é uma simbologia da ancestralidade aliada à Pertença à Terra e à Luta pela Terra”.

Figuras 7 e 8: Cajueiro do Saber, sala de aula externa, localizado no centro do Campo de Vivências Agroecológicas



Fonte: Arquivo de Nóbrega, Ivanalda Dantas da (2026).

A fotografia deixar entrever que, esse recurso utilizado como espaço do saber auxilia a aprendizagem em ambiente aberto, em contato direto com a natureza, onde podem observar o meio onde vivem, e desenvolvem analogias como observar as raízes da árvore, o tronco mais grosso, relacionando-os à ancestralidade, aos mártires da luta pela terra e por educação, aos movimentos sociais; já os galhos mais finos, podem ser correlacionados às infâncias e juventudes e, as folhas e frutos, aos resultados, às sementes plantadas e à sucessão familiar no campo, como a continuidade da produção e reprodução do campesinato e do fortalecimento do território e dos Movimentos Sociais do Campo (MSC). Desse modo, passado, presente e futuro se encontram sob a copa do cajueiro como espaço que abriga histórias, memórias, culturas, ancestralidade, lutas e conquistas, como afirma Pereira (2019, p. 161), “O cajueiro é o marco de encontro do “passado” com o “futuro”” e, é sob a sua copa, como parte da escola, onde também se dão os processos de gestão, formação e execução curricular da EEMPC FAB considerando a sua especificidade, no âmbito da educação politécnica.

Na EEMPC FAB, a partir da educação profissional e integral politécnica importa a aprendizagem acerca da questão agrária e a questão agrícola com ênfase na produção, no beneficiamento e na comercialização justa, na agroecologia, além de outras atividades como o turismo rural, artesanato e demais atividades constitutivas do cotidiano e das necessidades do modo de vida camponês, pela necessidade de valorização e reconhecimento das potencialidades e dos conhecimentos tradicionais desses povos (*ibidem*). Esse entendimento se dá, pois, na medida em que se formam os educandos, formam-se os educadores (Arroyo, 2020) e se formam os Movimentos, construindo e transformando os territórios camponeses, sendo o Movimento, um “sujeito da práxis, como sujeito pedagógico, pois põe em movimento diferentes Matrizes de Formação” (Caldart, 2012b, p. 549).

Conforme, Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012 (Brasil/MEC, 2012), em seu Artigo 4,

quanto à Estrutura e Organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a EEMPC FAB oferta duas modalidades de ensino: Integrada, com os cursos Técnicos em Agroecologia e Informática; e Subsequente, com Curso Técnico em Agroecologia e em Administração com ênfase em organização social. Tais iniciativas se pautam na construção de lutadores e construtores de uma nova sociedade humana, educados na lógica para além do modo de produção vigente (Mészáros, 2005), articulado por um processo histórico de evolução humana Suchodolski (1976), seguindo outros rumos de uma outra globalização, que seja humanizante, justa, cidadã (Santos, 2000), pois a partir e por meio das EEMPC, almeja-se, conforme Marx e Engels (2007, p. 611), a formação integral humana, pois "o ponto de vista do novo é a sociedade humana, ou a humanidade socializada".

5 CONSIDERAÇÕES

A análise da experiência estudada tem sua historicidade pautada nas ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Estado do Ceará, com vistas à formação de estudantes lutadores e construtores para a garantia da produção e reprodução do campesinato, enquanto classe social. Nesse sentido, é promotora da educação omnilateral voltada à formação humana e integral, pautada no trabalho como princípio educativo, na agroecologia como prática e como práxis pedagógica, partindo de distintas matrizes pedagógicas da formação humana, quais sejam: luta, cultura, trabalho, organização coletiva e história.

Intencionamos compreender como ocorre a atuação da EEMPC Francisco Araújo Barros (EEMPC FAB), situada em Assentamento rural da reforma agrária, considerando elementos como o Projeto Político Pedagógico, a gestão e a formação de educadores e de educandos embasada no trabalho como princípio educativo, repercutindo na promoção da organicidade e no fortalecimento da identidade camponesa e do lugar dos sujeitos do campo.

A relevância do MST na gestão escolar e na formação dos sujeitos da escola contribui no fortalecimento da identidade camponesa e de seus territórios, na medida em que sustenta um projeto histórico de educação pautado na Pedagogia do Movimento, Pedagogia Socialista e Pedagogia do Oprimido, abrangendo a concepção escola-território (Pereira, 2019), na medida em que a escola é parte constitutiva do território e vice-versa, tendo seu raio de atuação para além de seus muros, trazendo para si, as relações sociais mediatizadas no território.

Igualmente, abrange a concepção de corpo-território (Porto, Duarte & Soares, 2026), segundo a qual, são indissociáveis os sujeitos do campo e a terra, sendo um, a extensão do outro, numa relação de interdependência, pois a terra camponesa, enquanto território, só o é como tal, em função das relações

familiares travadas na luta cotidiana que consolida esse território específico das relações tipicamente não capitalistas.

A resultante dessas lutas e a experiência da EEMPC FAB indicam a relevância da luta por Educação do Campo e o *quefazer* pedagógico da Escola que discute a matriz do trabalho como matriz da formação humana, tendo como elementos, o trabalho como princípio educativo, a politecnia, a promoção da formação humana e integral, sustentada pelo estudo do Sistema de Complexos, a interdisciplinaridade, a organicidade propagada pelos MSC e, principalmente, que a educação nessa Escola não se constitui como metodologia, mas como processo ético-político de socialização humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Deivid Gomes. **Educação Ambiental e Agroecologia na Escola de Ensino Médio do Campo Francisco Araújo Barros: um Estudo sobre a Interdisciplinaridade.** 59 fls. TCC. Economia Ecológica. UFC, Fortaleza-CE, 2023.

AMARO, Fernanda; MELO, Alessandro de. Pesquisa narrativa e políticas educacionais: experiências e resistência na gestão da Educação do Campo. **RBEC.** Tocantinópolis/Brasil, v. 11, e15945, UFNT, 2026, ISSN: 2525-4863. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br /index.php/campo/article/view/15945/22968. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo.** V. 2. Brasília, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Memórias de Educação do Campo. Prefácio. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos, *et al.* (Org.). **Dossiê Educação do Campo. Documentos 1998-2018.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. p. 11 a 29.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do território no Brasil.** São Paulo-SP, Ed Hucitec, 2 Edição, 2001.

BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo, SP: Edições 70.

BRASIL/MEC. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.** Brasília-DF, 2002.

BRASIL / MEC. **Resolução n. 2, 28 de abril de 2008.** Brasília-DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Brasília, 2010.

BRASIL/MEC. **Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Brasília-DF, 2012.

BRASIL. **Novo Pronacampo.** Brasília, 2025a.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas.** Brasília, DF: INEP, 2025b.

CALDART, R. S., CERIOLI, P. R., & KOLLING, E. J. **Educação do campo: Identidade e políticas públicas (Coleção Por uma Educação do Campo**, n. 4). Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In.: Molina, M. C., & De Jesus, S. M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004, pp. 10-31.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, RJ/São Paulo, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão popular, 2012a.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento**. *In*: Dicionário da Educação do Campo. (Org.). CALDART, Roseli Salete *et al*. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: São Paulo: Expressão Popular, 2012b.p. 548 a 554.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento: processo histórico e chave metodológica.** Texto escrito a partir de dois momentos de exposição e diálogo sobre a Pedagogia do Movimento: no Grupo de Estudos do MST sobre Reforma Agrária Popular e Educação, em 21 de setembro 2020; e no Seminário do Coletivo Político Pedagógico da Escola Nacional Paulo Freire, vinculada ao Levante Popular da Juventude, em 26 de fevereiro 2021. Porto Alegre, 2021.

CEARÁ (Estado). **Projeto Político Pedagógico De Formação Integral Do Campo**, Da Escola De Ensino Médio Francisco Araújo Barros. Assentamento Lagoa do Mineiro, Itarema /CE, 2012a.

COUTINHO, Eduardo (Direção). **Cabra Marcado para Morrer.** Filme. Brasil: Mapa Filmes, 1984. 1 filme (119 min), son., color.

DAMASCENO, Cosma dos Santos. **Contribuições e Desafios da Escola do Campo Francisco Araújo Barros para Construção do Projeto de Agricultura Camponesa do MST – Ceará.** 191 fls. Dissertação. Programa de Profissional em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:_https://repositorio.ufsc.br/ handle/123456789 /159884?locale-attribute=pt_BR. Acesso em 18 de julho de 2026.

DI LORENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega. **A Construção da Territorialidade Camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB.** 316 fls. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2007.

DUTRA, Maria Elena Aquino; NOZU, Washington Cesar Shoiti. **Movimentos Sociais do Campo e Direito à Educação no Assentamento Itamarati, Mato Grosso do Sul.** Tocantinópolis, Brasil. v. 11e20631. UFNT, 2026. ISSN: 2525-4863. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/20631/22976. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a Formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** 236 fls. Dissertação. Depto. de Geografia/USP, São Paulo, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 32ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HAGE, Salomão Mufarrrej. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no Estado do Pará, Região Amazônica.** Belém, PA: Geperuaz 2003.

INCRA. Incra.Gov.br. **Levantamento de povos Indígenas.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 28 de julho de 2026.

INCRA. **Assentamentos Estaduais são reconhecidos pelo Incra no Ceará.** Incra, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/assentamentos -estaduais-sao-reconhecidos-pelo-incra-no-ceara>. Acesso em: 28 de julho de 2026.

INEP. **Censo Escolar 2015-2025.** 2026.

IBGE. **Censo Demográfico de 2022.** 2022.

KRUPSKAYA, Nadezhda Konstantinovna. Sobre os Complexos. P. 125-130. In.: _____. **A Construção da Pedagogia Socialista.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LIMA, Brendon Bessa; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. Ensino de geografia, Educação do Campo e práticas docentes na Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros, Itarema-Ceará. **Revista Geografia Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 27, 2023. P. 1-27.

LIMA, Brendon Bessa. **A Educação do Campo e o Ensino de Geografia na Recriação do Campesinato na Escola de Ensino Médio Francisco Araújo Barros (Itarema/CE).**183 fls. Dissertação apresentada ao PROPGEO, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE, Repositório da UECE, 2024a.

LIMA, Brendon Bessa; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; LIMA, Luiz Cruz. Educação do Campo, Currículo e a Construção da Identidade Camponesa na EEM Francisco Araújo. **Revista Didácticas Específicas**, 30, 2024b, pp. 34-47. Disponível em: https://revistas.uam.es/didacticasespecificas/article/view/19136/17319. Acesso em: 17 de julho de 2026.

LIMA, Brendon Bessa; PAZ, Paola Santos da; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; LIMA, Luiz Cruz. **O** Novo Ensino Médio no Ensino de Geografia em Escolas do Campo: os Reveses na EEM Francisco Araújo Barros (Itarema/CE). **Geographia Meridionalis** - Revista Eletrônica do PPGG, UFPEL. P. 01-25, e0250009. V. 08, 2025. Disponível em: http://periodicos.ufpel. edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index. Acesso em 17 de julho de 2026.

LIMA, Gabriella de Paula Bezerra. **As Contribuições de Gramsci para as Escolas do Campo de Ensino Médio do Ceará.** Artigo apresentado durante a FIPED. Edição Salamanca, online, 2020.

MARX, Karl. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MELO NETO, João Cabral. **Morte e Vida Severina.** Rio de Janeiro-RJ, Livraria José Olympio Editora, 1955.

MENDES, Alba Regina Andrade; VIDAL, Marília dos Santos; LIMA, Maria Aires de; PEREIRA, Karla Raphaella Costa. Estrutura Educacional do Campo no Ceará e a Juventude Camponesa. **Revista Interdisciplinar Cadernos Cajuína.** *7*(2), e227227. P. 01-15. https://doi.org/10.52641/cadcajv7i2.202022.

MEDEIROS, Cleuton Veras de; FRIGO, Leandro Marcon; FELIPPE, José Neto de Oliveira; RIBEIRO, Steve Biko Menezes Hora Alves; ALMEIDA, Bernard Pereira; ROCHA, Bárbara Micaela Pereira de A. **Formação de Professores da Educação do Campo: Metodologias Ativas e**

Tecnologias Digitais no Ensino de Ciências Naturais. IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS). 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLINA, Helder; MOLINA, Mônica Castagna. Formação de formadores na Educação do Campo e a compreensão do trabalho como princípio educativo: análise de experiências de sua incorporação à prática docente nos Institutos Federais de Educação de Brasília, Pernambuco e Catarinense. **RBEC Tocantinópolis/Brasil.** V. 11 e19220 UFNT 2026 ISSN: 2525-4863. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/19220 /22966. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

MST. Educação no Campo. **Brasil perdeu mais de 110 mil escolas do campo desde o ano 2000.** 27 de janeiro de 2026. In.: FONEC - Nota Pública de Denúncia Fechar Escola é Crime. Disponível em: https://mst.org.br/2026/01/27/brasil-perdeu-mais-de-110-mil-escolas-rurais-desde-o-ano-2000/. Acesso em: 28 de julho de 2026.

MIZUSAKI, M. Y.; SOUZA, J.G. O campo brasileiro e a destituição de direitos: impasse dos trabalhadores e movimentos de luta pela terra/território frente ao ultraneoliberalismo. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, 2020. P. 390-416.

MONTE, Aristides Braga. Análise-Diagnóstico de Sistemas de Produção Agrícolas: o caso do Assentamento Lagoa do Mineiro – Itarema – Ceará – Brasil. Dissertação. Mestrado em Economia Rural. Fortaleza-CE, UFC, 2002.

NASCIMENTO, Cicero Danilo Gomes do; DINIZ, Aldiva Sales. **A EEM Francisco Araújo Barros, um Símbolo de Resistência Camponesa no Ceará.** Universidade Estadual do Vale do Acaraú. UVA, Sobral-CE, 2016. Disponível em: https://sistemas.uvanet.br/sadoc/participante/trabalho/ trab_pos_ e9a9e829440d600e4bf 750fb045fa338.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2026.

NASCIMENTO, Cicero Danilo Gomes do. **Enfrentamentos e Conquistas: a Educação do Campo como Reafirmação da Luta pelo Território Camponês no Assentamento de Reforma Agrária Lagoa do Mineiro (Itarema/CE).** Dissertação. PPGEO, UVA, Sobral-CE, 2017.

OLIVEIRA FILHO, Luis Moreira de. **Educação do Campo, Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis: as Estratégias Curriculares para os Sujeitos das Escolas do Campo de Ensino Médio.** 380 fls. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, UNILAB, Redenção-Ceará, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict. br/vufind/Record/UNILAB-1_369133c0cf1f47d61 d6acf12b6b932c4. Acesso em: 28 de julho de 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007. Disponível em: http://gesp.fflch. usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 20 de. 2019.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de. **A Educação do Campo no Fortalecimento do Campesinato no Ceará.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. AGB, online, 2021.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de; SILVA, Maria do Socorro Sousa. Experiências Educativas em Movimento: a Educação do Campo e a Educação Indígena no Estado do Ceará. **Periferia**, *11*(4), 293–317. https://doi.org/10.12957/periferia.2019.42392. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/42392. Acesso em: 17 de julho de 2026.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de; DINIZ, Aldiva Sales. **Territórios da Educação do Campo: a EEM Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema, Ceará.** Artigo apresentado durante o XII Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação / UVA. UVA, Sobral-CE, 2017.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de. **A territorialização das escolas de ensino médio do campo: o caso da EEM Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema – Ceará.** 202 fls. Dissertação (Mestrado). UVA, Sobral, 2018. Acesso em: 17 de julho de 2026.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de. **A Educação do Campo e a Agroecologia na constituição do campesinato no Ceará, Brasil**. 226 fls. Tese. PPGG, UFC. Fortaleza, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&idtrabalho=7525467. Acesso em: 17 de julho de 2026.

PACHECO, Rafael Araújo. **A Educação do Campo na Legislação Brasileira: uma análise do período pretérito à Constituição de 1988.** RBEC. Tocantinópolis/Brasil, v. 11, e17398, UFNT, 2026. ISSN: 2525-4863. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/17398/22946. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

PAZ, Paola Santos da; LIMA, Brendon Bessa. **A Contribuição dos (as) Educadores (as) de Geografia na Formação Cidadã e Valorização da Vida Camponesa na EEM Francisco Araújo Barros,** Itarema/Ceará. X Fala Professor, Fortaleza-CE, 2023. Disponível em: https://www.falaprofessor2023.agb.org.br/anais/trabalhos/lista ?simposio=29. Acesso em: 17 de julho de 2026.

PEREIRA, Karla Raphaella Costa; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Maria Aires de. Escolas de Ensino Médio do campo no Ceará: um panorama geral. **Revista Ensino e Perspectivas.** Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/. Acesso em: 17 de julho de 2026.

PEREIRA, Franderlan Campos. **O Cajueiro do Saber: Educação, Luta pela Terra e Espiritualidade no Campo Experimental do Território da Libertação - Almofala - Itarema – Ceará.** 180 fls. Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia UFC/UNILAB, Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019. 180f.

PISTRAK, M. M**. Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo-SP: Expressão Popular, 2003.

PORTO, Lara; DUARTE, Claudia Glavam; SOARES, Débora da Silva. Corpo-território do sujeito do campo. **RBEC, Tocantinópolis/Brasil**, v. 11, e20589, UFNT, 2026, ISSN: 2525-4863. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/20589/ 23004>. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

VITTORI, Francesco. **Agroecologia como práxis pedagógica: uma etnografia decolonial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** RBEC, Tocantinópolis/Brasil, v. 11, e20587, UFNT, 2026. ISSN: 2525-4863. Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/20587/22953. Acesso em: 05 de agosto de 2026.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO FRANCISCO ARAÚJO BARROS - PPP. **PPP da EEMPC Franscisco Araújo Barros.** Itarema-CE, 2025.

QUEIROZ, Raquel. **O Quinze.** Fortaleza-CE, Estabelecimento Gráfico Urânia, 1930.

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 308p., 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra Dá, A Terra Quer.** São Paulo, Ubu, Ed. Piseagrama, 2023.

SARAMAGO, José**. História do Cerco de Lisboa.** São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

SEDUC. **Dados SIGE.** 2026.

SILVA, Paulo Roberto de Sousa. **Educação do Campo e Luta de Classes no Estado Neoliberal: as escolas de ensino médio dos assentamentos de reforma agrária no Ceará e a disputa por hegemonia.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA. São Luís-MA, UFMA, 2025.

SILVA, Paulo Roberto de Sousa. **Por uma escola do campo: a experiência do MST com escolas de ensino médio em assentamentos de reforma agrária no estado do Ceará.** Livro Vozes da Resistência. 2017.

SUCHODOLSKI, Bogdan**. Teoria Marxista da Educação**. Trad. de Maria Carlota Melo. Volume I. Santos: Martins, 1976.

VIANA, Simone. **Panorama da Educação do Campo no Ceará – 2026.** Apresentação Parcial dos resultados de pesquisa de Mestrado desenvolvida no PPGG, UFC, Grupo de Estudos LEATE/UFC, 2026.